



# Anais da Assembléia

Nº 63

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 12 DE JUNHO DE 1975

ANO I

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 90ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 1975

Presidência do Sr. Deputado Del Ciel, secretariada pelos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Leopoldo Jacomel.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Mauricio Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basilio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernestp Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Ruppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (52); achando-se ausentes os Srs. Deputados Edilson Alencar e Fuad Nacli. (2)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE – Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA – de Proposição nº 71/75, veto apostado ao Projeto de Lei nº 70/72, de autoria do Sr. Domicio Scaramella, que autoriza o Poder Executivo criar sob regime de Fundação, uma Escola Técnica destinada à aprendizagem industrial, na cidade de União da Vitória. Com parecer da C.C.J., pela manutenção do veto. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA (Para encaminhamento de votação).

– Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Lamentamos nós o veto apostado a um projeto de nossa autoria, que levou o nº 70/72, pelo Sr. Governador do Estado.

Nós apresentamos o referido projeto de lei, onde dávamos autorização a S. Exa o Sr. Governador, para a constituição de um ginásio técnico industrial em termos de fundação para nossa cidade de União da Vitória. Eu quero esclarecer nesta casa que, seria a falta de boa vontade do Sr. Governador para sancionar o referido projeto e procurar, por intermédio da Secretaria de

Educação ou órgão competente entendimentos junto à Prefeitura de União da Vitória, para que fosse concretizado este Projeto que cria o ginásio técnico industrial.

Eu quero fazer aqui, modéstia à parte, mas a Prefeitura de União da Vitória que está sendo dirigida por meu particular amigo, Dr. Alcides Fernandes Luiz, teve a coragem de criar a Fundação Municipal da Faculdade de Administração de Empresas e Ciências Econômicas em União da Vitória, que entrará em funcionamento no mês de agosto, com grande sacrifício da Prefeitura e do povo daquela região. Está aquela Faculdade criada, instalada e em funcionamento.

Por que o Sr. Governador não seguiu o mesmo exemplo, procurando entendimento com a Prefeitura e outras prefeituras para que implantemos mais escolas que aí não iriam onerar os cofres públicos e porque seria em termos de fundação, que teria recursos próprios, a Prefeitura teria o sacrifício do funcionamento da referida Fundação.

Então, nós aqui deixamos nosso protesto, com referência ao Veto apostado pelo Governador do Estado, fazendo um apelo aos nobres Deputados desta Casa, para que rejeitemos o veto de S. Exa. porque não irá onerar os cofres públicos do Estado, e assim basta a boa vontade do Sr. Governador para que União da Vitória, uma das regiões de grande progresso, possuisse um Ginásio Técnico Industrial, em termos de Fundação.

Era isto que queria dizer e apelar à boa vontade dos Deputados aqui presentes.

Muito obrigado. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Continua em votação.

O SR. IVO THOMAZONI – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

diante das ponderações do nobre Deputado Domicio Scaramella, devo significar que a negativa de sanção por parte do Governo do Estado no Plano de Lei em exame, decorre, segundo a própria justificativa governamental, da disposição constitucional expressa nos artigos 26 e 35 da Carta Política Estadual, que confere ao Sr. Governador do Estado, a competência para a iniciativa de Leis cuja execução aumentem, criem ou autorizem a despesa pública.

Ainda na própria justificativa, vê-se que ressalta a justificativa do Governador que em face do que dispõe a Lei de 5 de dezembro de 1964, Sistema Estadual de Ensino, a criação de estabelecimentos de ensino médio ocorre mediante decreto do Chefe do Executivo ouvido o Conselho Estadual de Educação e é desnecessário afirma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que há uma processualística própria que deve ser seguida, ouvido o Conselho Estadual de Educação, para a criação de estabelecimento de ensino desta natureza.

Sabe-se Sr. Presidente, que dentre outras coisas, o Conselho Nacional de Educação, verifica primeiro da necessidade da qual nós não podemos duvidar, que União da Vitória tem de abrigar um estabelecimento de ensino desta natureza. Todavia, o processo deve ser analisado, estudado e verificado “in loco” desde instalações, corpo docente e condições de manutenção da escola por parte de uma fundação.

A fundação que pretenda manter uma escola deste porte, se pública ou se particular, deve também estar constituída antes de se autorizar a criação desta escola. Porque decorre, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, quando a entidade é pública, compete ao Conselho Estadual de Educação, emitir pareceres e analisar se tem ou não, condições. Por outro lado ainda, segundo justificativa demonstrando a inoportunidade da medida merece destacar o fato de que um ensino oficial do Estado, está presente sendo adotada a sistemática determinada pela Lei Federal

n.º 5692, de 11 de agosto de 71, através da qual, a União fixou novas diretrizes bases para o ensino de primeiro e segundo graus.

Quer me parecer, que em razão do imperativo constitucional e das normas legais citadas, a matéria pode ter sido recebida pelo Governo do Estado como sugestão, mesmo não tendo merecido sanção, acredito que na devida oportunidade o Governador poderá usar desse subsídio para incorporar uma escola nos moldes da pretendida, dentro da rede oficial do ensino. Esta é a razão pela qual nós vamos manter Sr. Presidente, respeitar principalmente as disposições constitucionais o veto, e em consequência, rejeitando o projeto.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Rejeitado o projeto, mantido o veto.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — (pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Os Srs. Deputados que aprovam o projeto queiram se levantar 9 o aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam o projeto, queiram se levantar. 9 o rejeitam.

Não há quorum para votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1.º Secretário fará a chamada.

(É FEITA A CHAMADA).

Responderam a chamada 19 Srs. Deputados. Não há quorum para votação.

Fica transferida a votação para a próxima Sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 13, sexta-feira, as 9:30 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

# 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 91 SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 de JUNHO DE 1975

Presidência do Sr. Deputado Del Ciel, secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomel e Fidelcino Tolentino.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguiinaldo Pereira Lima, Mauricio Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Ruppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Squarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (52); achando-se ausentes os Srs. Deputados Edilson Alencar e Fuad Nacli (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito chamada nominal, porque parece que não há número para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE — Defiro o pedido. O Sr. 1.º Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam a chamada 29 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da Sessão.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

## REQUERIMENTOS:

— de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 41/75.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a inserção em Ata, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOÃO LUNARDELLI, ocorrido ontem em São Paulo.

Da decisão do plenário, solicita seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1975.

a) FUAD NACLI.

## JUSTIFICATIVA:

Com o falecimento do Sr. JOÃO LUNARDELLI, perde o Paraná mais um desbravador do Norte Pioneiro. Tendo chegado ao norte paranaense ainda jovem, João Lunardelli, embora simples e modesto, era um homem dinâmico, empreendedor e cuja visão previu o progresso do Paraná. Casado com Dona Altair Oliveira Lunardelli, teve os seguintes filhos: Nair, casada com Nicanor Ramos Filho; Yvone, casada com Paulo Cruz Pimentel e Ricardo, casado com Regina Acorsi Lunardelli.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, voto de pesar pelo falecimento do Sr. GUILHERME DE SOUZA VALENTE.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1975.

a) ENÉAS FARIA.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do exemplar chefe de família, Sr. PAULO VILELA, ocorrido anteontem nesta Capital.

Requer ainda, aprovado o requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1975.

a) EZEQUIAS LOSSO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final assina, com fundamentos regimentais, requer à mesa, ouvido o plenário, oficial-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado, solicitando urgentes providências no sentido de mandar proceder a reforma ou construir em alvenaria, o prédio do Grupo Escolar Romário Martins, situado na sede do distrito de Aquidaban, município de Marialva.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1975.

a) ANTONIO FACCI.

## JUSTIFICATIVA:

O Grupo Escolar Romário Martins, é construído de madeira, não oferecendo mais, pela antiguidade de sua construção, qualquer condição de utilização, correndo inclusive, professores e alunos, sérios perigos em utilizá-lo. É composto de 6 salas de aula, tendo apenas condições de funcionamento duas delas, que foram anexadas ao antigo prédio e são de alvenaria. Abrigando cerca de 250 alunos, somente no curso primário e aproximadamente 150 do curso ginasial que funciona no período noturno, merece das autoridades a atenção imediata.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando suas atribuições legais, requer após ouvido o plenário, seja aprovada a convocação do Sr. Secretário de Segurança Pública, para, perante esta Assembleia explicar aos Srs. Deputados e ao Paraná, quais as providências que estão sendo tomadas no sentido de refrear a violência policial no interior do Estado, e ao mesmo tempo, de evitar que os marginais tomem conta do Estado, como vem ocorrendo em Curitiba e nos diversos municípios do Paraná.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK.

## JUSTIFICATIVA:

Em recente visita a Londrina, o Secretário de Segurança interpelado a propósito dos acontecimentos que vinham se registrando na área policial, disse que "é o preço do progresso".

Mas, seria o preço do progresso os acontecimentos que diariamente são trazidos a esta casa, são notícias nos jornais, são motivos de protesto dos parlamentares da Oposição e da Situação numa demonstração de que o descontentamento é geral.

A falta de segurança não existe apenas na área de polícia, mas dentro da própria polícia, onde as arbitrariedades cometidas por policiais, investidos de autoridade, nos preocupam.

A falta de segurança existe também na área de trânsito, onde o policiamento parece ser deficiente em todos os municípios do Estado do Paraná.

Em Curitiba, os índices de criminalidade são altos e poucas são as famílias que ainda não tiveram a infeliz oportunidade de um confronto com policiais.

A presença do Secretário de Segurança nesta Casa, em nível de Comissão ou de plenário, seria a forma mais objetiva de tranquilizar a população do Paraná, com informações objetivas a propósito das medidas de proteção que estão sendo tomadas pelos Órgãos de Segurança do Paraná.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja publicado, mensalmente, inclusive lido no Expediente, até o dia cinco(5) de cada mês, a relação dos Srs. Deputados e sua respectiva frequência

durante o mês anterior, no Diário da Assembleia.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1975.

a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O subscritor da presente, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o plenário, requer seja enviado apelo ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que seja instalado o curso científico no Ginásio de Ivaiporã, já que fora criado por dois decretos, anteriormente, no Governo do Sr. Paulo Pimentel.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1975.

a) DEL CIEL.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, observadas as formalidades regimentais, requer ouvido o plenário, o envio de ofícios acompanhados de expedientes que anexa, aos Srs. Francisco Leite Chaves, Antonio Anibelli, Álvaro Dias, Antonio Bellinatti e Walber Guimarães, o primeiro Senador da República e os demais Deputados Federais, sugerindo-lhes com o fornecimento dos elementos que apresentamos, a elaboração e apresentação de projeto de lei para criação de órgão centralizador e coordenador de toda a sistemática de produção, comercialização, industrialização, exportação e importação de trigo.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO.

## JUSTIFICATIVA:

Considerando que — o consumo nacional de trigo atinge a mais de quatro milhões de toneladas anuais ao passo que nossa produção não atinge dois milhões e meio de toneladas, resultando essa diferenciação em enorme demanda de divisas com a aquisição de trigo estrangeiro;

Considerando que — por força do Decreto nº 210/74 e da Portaria nº 20/74 da Superintendência Nacional do Abastecimento — SUNAB — é vedado o funcionamento de moinhos nesse órgão, não registrados.

Considerando que — dos 220 moinhos, apenas 20 conseguiram quota oficial da SUNAB e que por isso podem funcionar;

Considerando que — a inexistência de infra-estrutura essencialmente necessária, caracterizada pela diminuta capacidade total dos poucos armazéns e silos existentes e o precário estado de nosso sistema rodoviário é fator de desestímulo ao produtor;

Considerando que — impossibilitado de entregar sua produção a moinho colonial, o triticultor obriga-se a fazê-lo ao Banco do Brasil, através de "warrants" expedidos por armazéns gerais, sujeitando-se aos irrisórios preços oferecidos durante a safra;

Considerando que — o Paraná perde, anualmente, muito mais de sessenta milhões de cruzeiros em sua receita, dado ao desvio de industrialização e comercialização do seu trigo para outros estados;

Considerando que — o preço mínimo interno pago ao produtor é acentuadamente inferior ao pelo qual é adquirido o trigo estrangeiro e que a nívelação caracteriza-se-ia como salutar fator incentivador;

Considerando a necessidade de — assistência técnica efetiva, racional e permanente; fornecimento de sementes selecionadas; facilidades na obtenção de adubos, inseticidas e maquinários por preços mais acessíveis; facilidades creditícias com os

prazos de financiamento para sessenta, noventa e cento e vinte dias após as safras; ampliação e aperfeiçoamento de silos e armazéns nas zonas produtoras; incentivos fiscais para os produtores; aproveitamento total dos moinhos coloniais; implantação do seguro agrícola;

O Deputado que este subscreve, observadas as formalidades regimentais, requer, ouvido o plenário, envio de ofícios ao Senador Francisco Leite Chaves, Deputados Antonio Annibelli, Antonio Belinatti, Álvaro Dias, Walber Guimarães e Alencar Furtado, solicitando a apresentação de projeto de lei, cujo teor abaixo está redigido:

Deverá o projeto de lei basear-se nos seguintes itens normativos;

a - Criação de órgãos para centralizar e coordenar toda a sistemática da produção, comercialização, industrialização, exportação e importação do trigo; autorização para a instalação e registro nas regiões produtoras dos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, de novos moinhos de trigo e aumento da capacidade de moagem dos já registrados nos Estados citados até o limite máximo de 100 por cento, com prioridade absoluta para autorização e registro aos moinhos coloniais ou regionais não registrados, mas já instalados.

b - Estabelecer o prazo de 180 dias a partir da regulamentação da Lei, para o requerimento do registro dos moinhos coloniais ou regionais, decorrido o qual dar-se-á preferência à instalação de novos moinhos às cooperativas de triticultores seguindo-se pela ordem os moinhos já instalados e registrados, determinando-se que a preferência será pela ordem de entrada dos requerimentos até a complementação das cotas, com prazo de 30 dias para o manifesto dos interessados.

c - Deverá ser dada preferência aos moinhos localizados nas zonas produtoras em qualquer distribuição de cotas, estabelecendo-se outrossim, que todos os moinhos de trigo poderão fazer a moagem colonial e efetuar compras de trigo nacional sem o regime de cotas, com garantia de preço mínimo fixado pelo órgão a ser criado, principal objetivo do projeto de lei a ser apresentado;

d - O Banco do Brasil deverá financiar integralmente todo o trigo nacional entregue aos moinhos coloniais pelos prazos de 60, 90 e 120 dias, nas liberações das cotas semanais; o Ministério da Agricultura, através da CIBRAZEM obrigar-se-á a instalar graneleiros e silos nos principais pontos de produção de trigo e sua utilização será exclusiva para a estocagem do cereal, com capacidade para atender estoques até 24 meses, ficando facultado aos moinhos localizados nas zonas produtoras de construir silos e armazéns;

e - O órgão a ser criado por força da execução do projeto a ser apresentado deverá criar e multiplicar campos experimentais de plantio de trigo, para a descoberta de variedades e aprimoramento da natureza e qualidade de sementes; deverá fornecer facilidades creditícias aos moageiros, para capital de giro, para asseguramento da industrialização e comercialização do trigo e derivados e promover política de contenção da alta de preços, além do estabelecimento de efetiva nacionalização, tão ansiada, do trigo brasileiro.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário, se já encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Ministro dos Transportes, Dirceu de Araujo Nogueira, com a presente solicitação;

Solicitação:

Face à extraordinária importância que representa à economia do Estado do Paraná e de Santa Catarina, bem como aos usuários dos Transportes ferroviários e à própria Rede, a criação de uma nova Sede Regional da RFFSA em Curitiba, solicitamos à

V. Exa. nos seja informado sobre o andamento dos estudos que visam essa descentralização administrativa, tão bem justificada no memorial que a Associação dos Engenheiros da RVPSC dirigiu, em 14/06/1974, ao General Milton Mendes Gonçalves, M.D. Presidente da RFFSA e que recebeu o endosso de Senadores, Deputados, Prefeitos, Câmaras Municipais, Líderes Empresariais e Entidades de Classes dos dois Estados.

É oportuno ressaltar que a criação da nova sede não implicaria em modificação da estrutura recém-implantada; o que resultaria seria uma desejável descentralização administrativa, à exemplo do que foi feito na França, que com seus 551.000 km<sup>2</sup>, dispunha de 6 Regionais e hoje conta com mais de uma dezena, contra as 4 atuais do Brasil, com seus 8.000.000 km<sup>2</sup>.

Existe, aliás, antiga idéia de se dotar as zonas de influência de grandes portos exportadores, de uma Sede Regional, como é o caso do Super-Porto de Paranaguá, terminal do "Corredor de Exportação" do Paraná e do Porto de Rio Grande, no R.G. do Sul.

Para evitar que se pretendam criar, indiscriminadamente, novas Regionais, poder-se-iam fixar condições mínimas, baseadas na situação acima e na tonelagem mínima útil transportada num ano que, combinadas com outras que seriam fixadas, diriam de sua viabilidade.

A explosão econômica que se verifica nas regiões servidas pela 11ª Divisão-PSC (ex-PVPSC) gerada por fatores tais como: o ciclo das grandes indústrias, estimulada pelo potencial energético que está sendo instalado no Paraná, merecendo destaque Itaipu 12.000.000.000 kw, Salto Areia 2.000.000.000 kw, S. Santiago 1.200.000 kw, e Salto Osório 1.050.000 km, todas situadas em território paranaense.

A refinaria de Araucária Pr, que produzirá 150.000 barris diários, já em fase final de construção, a Usina do Xisto em São Mateus do Sul-Pr. a pujança de nossa agricultura e, sobre tudo, a "Malha Ferroviária", já em construção no Paraná e que representa, aproximadamente, cinquenta por cento do total de novas linhas a serem construídas no Brasil nos próximos anos, são fatores que representam grande incremento à ferrovia que nos levam a solicitar de V. Exa. seja abreviada a criação da nova Regional com sede em Curitiba.

Requer, ainda se dê ciência da solicitação à Comissão de Transportes da Câmara Federal, Bancada Federal do Paraná, Ministro Ney Braga, Governador Jayme Canet, Presidente da RFFSA, Associação dos Engenheiros da RVPSC, Senadores pelo Paraná.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1975.

aa) Fabiano Braga Côrtes, Valter Pietrângelo, Ivo Thomazoni, Muggiati Filho, Antonio Facci, Trajano Bastos, Lúcio Machado, Jurandir Messias, Enéas Faria, Fidelcino Tolentino, Quíelse Crisóstomo, Luiz Carlos Zuk, Jayme Rodrigues de Carvalho, Leopoldo Jacomel e Domício Scaramella.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, como Líder da ARENA, a indicação dos Srs. Deputados para comporem as Comissões de Recursos Humanos e Ecologia e Meio Ambiente:

#### COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Membros:

Deputado Jurandir Messias

Deputado Gabriel Manoel

Deputado Fabiano Braga Côrtes

Suplentes:

Deputado Dácio Leonel

Deputado Luiz Alberto Oliveira

Deputado Accioly Neto

#### COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Membros:

Deputado Ezequias Losso

Deputado Quielse Crisóstomo  
 Deputado Gilberto Carvalho  
 Suplentes:  
 Deputado Luiz Roberto Soares  
 Deputado João Cioni Neto  
 Deputado Aragão de Mattos Leão

## REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, como Líder do MDB, a indicação dos Srs. Deputados para comporem as Comissões de Recursos Humanos e Ecologia e Meio Ambiente.

## COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Membros:  
 Deputado Nelson Buffara  
 Deputado Benedito Lúcio Machado  
 Suplente:  
 Deputado Antonio Facci

## COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Membros:  
 Deputado Walter Pietrângelo  
 Deputado Deni Schwartz  
 Suplente:  
 Deputado Ernesto Gnoato

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1975

a) MUGGIATI FILHO.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, nos termos do Regimento Interno, requer, após ouvido o plenário, seja feita a substituição do Deputado Ezequias Losso, na Comissão Especial de Implantação do Polo Petroquímico, pelo Deputado Aragão de Mattos Leão.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1975

a) IVO THOMAZONI.

O SR. PRESIDENTE. —

Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No mês de dezembro do ano próximo passado, quando ainda exercíamos, e com muita honra, o mandato de vereador à Câmara Municipal de Curitiba, fomos indicados pela Presidência daquela casa legislativa, para integrar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que teve por escopo apurar possíveis irregularidades na Companhia de Urbanização de Curitiba, empresa de economia mista que entre outras finalidades está a de promover a pavimentação de diversas ruas da Capital do Estado.

Na oportunidade em que deixamos aquela incumbência, fizemos um sintético relatório dos trabalhos que foram desenvolvidos, inclusive por técnicos que foram colocados à disposição da Câmara Municipal de Curitiba pelo Magnífico Reitor da Universidade do Paraná, professor Theodócio Atherino, que demonstrando uma compreensão toda especial, abriu as portas da Universidade para que o assunto, de interesse popular, fosse debatido por técnicos que ali estão emprestando seus conhecimentos.

Entre os pontos que pudemos observar, como Presidente daquela Comissão, e como membro dela, foi o valor elevado incluído a título de taxa de administração em todas as obras de pavimentação que se realizaram. No relatório final daquela Co-

missão esse aspecto, foi apontado de uma forma destacada. Aguardamos, desde a publicação daquele relatório até a presente data, o atendimento às recomendações do, mesmo, constante por parte da Companhia de Economia Mista e pela Prefeitura Municipal de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE. — Esgotado o tempo de V. Exa., a Presidência concede mais 1 minuto para suas conclusões.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Agradecendo a deferência da Presidência, diríamos, que o Poder Executivo do Município de Curitiba e a URBS já tomaram providências especialmente no tocante à redução da taxa de administração, em benefício dos que desta recebem serviços.

Voltaremos, em outra oportunidade, para fazer uma análise, com maior profundidade do assunto, mas que é de interesse de grande parte da população curitibana.

—(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, permito-me fazer dois registros desta tribuna: o primeiro deles, com minhas congratulações e minha solidariedade ao ilustre Vereador Londrinense Edison Gradia, líder na Câmara de Londrina, do MDB.

Isso tendo em conta que, em requerimento que esse Vereador apresentou à Câmara de Londrina pediu envio de mensagem ao Presidente da República, ao Ministro da Educação e ao Governador do Estado reivindicando para o professor José Osken de Novais uma das vagas abertas no Supremo Tribunal Federal.

Aquele Vereador que é líder da bancada emedebista em Londrina em sua justificativa assinala: "É hora de prestarmos nossa homenagem de reconhecimento e de gratidão a um homem de nossa terra do mais relevante saber jurídico e que todos sabem tratar-se do Sr. José Hosken de Novais, considerando uma das reservas morais de Londrina.

Ficamos satisfeitos pelo seu reconhecimento e por se tratar de uma das maiores expressões da Aliança Renovadora Nacional não apenas em Londrina, na região Norte do Estado, mas em todo o Estado do Paraná".

Gostaríamos, também, Srs. Deputados, de registrar com satisfação, porque quando foi escolhido para ocupar a coordenação de Londrina, do Distrito Rodoviário, o ex-Deputado Federal, engenheiro Mário Stamm, aqui comparecemos para apresentar as nossas congratulações, e hoje podemos comunicar à Casa que, durante o curto espaço de tempo em que responde pela Coordenadoria, o engenheiro Mário Stamm está anunciando para o próximo sábado o entregue completo do recape da estrada que liga Cambé-Ibiporã à cidade de Londrina. Indiscutivelmente é uma demonstração de trabalho e de muito vigor.

Mas, Srs. Deputados, a razão principal porque assomamos esta tribuna, lamentavelmente, prende-se ainda ao fato abordado nesta mesma casa legislativa com referência ao lamentável fato ocorrido no último sábado, quando a menina Elisabeth Cândida Rocha, moradora do Jardim Leonor, foi barbaramente siviada e assassinada no Jardim Bandeirantes. Perguntariam V. Exas. o porquê de nossa presença na tribuna? É porque lamentavelmente se pretendeu atribuir aqui aquele ocorrido à negligência da Secretaria de Segurança Pública, tentando debitar ao órgão da Segurança Pública o fato ocorrido em Londrina.

Tenho em mãos, Srs. Deputados, e aqueles que têm acompanhado a imprensa londrinense deve ter conhecimento daquilo que vem ocorrendo.

"Prefeitura estuda a adoção de medidas drásticas para limpeza de terreno". Outra nota publicada ontem: "Agora, a Prefeitura está derrubando o mato". É porque Londrina, lamentavelmente, está tomada por matagais em todos os cantos dando

assim condições de refúgio a ladrões, a assassinos, àqueles que podem cometer brutalidades dessa natureza.

Em vez de se falar aqui que é falta de limpeza de uma Prefeitura que não está correspondendo aos anseios do povo londrinense, se pretende debitar à Segurança Pública pelo que houve, isto é, um assassinato em Londrina.

A nota de ontem ainda, na "Folha de Londrina": Depois que ocorreu o assassinato da menina Elisabeth, a Prefeitura mandou ontem derrubar o mato alto no lugar do crime.

"O que se faz agora poderia ter sido feito antes e não faltaram advertências feitas inclusive através de duas reportagens deste jornal. O que ocorreu foi uma de duas coisas: ou este jornal não está sendo lido pelo poder público municipal, ou o poder público lê e não se preocupa com o que o povo pede".

São notas inseridas ontem na "Folha de Londrina". Por duas vezes esse mesmo jornal alertou à Prefeitura de que o mata-gal que campeia no Jardim Bandeirantes, está campeando em todas as vilas de Londrina e não há providências daquela Prefeitura, não há nenhuma providência capaz de evitar que isto aconteça.

É lamentável quando um fato dessa natureza se realiza quando em função desses matagais se permite um lugar para se esconderem os bandidos, os assassinos, ainda se pretender atribuir à Segurança, um crime ocorrido.

Venho fazer este registro, e como disse no início, lamentando ter que abordar este problema, porque em momento algum tive a intenção de vir à tribuna para valer-me de um fato tão triste, ocorrido em minha cidade, para atribuir a quem quer que fosse, a culpabilidade de tal crime.

Voltarei à esta tribuna para abordar com detalhes, muita coisa que tem acontecido e que tem permitido que proliferem os roubos, os assassinatos e tanta coisa mais, na capital mundial do café.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes, terceiro orador inscrito.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na sessão de ontem da Assembléia, o Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, apresentou requerimento junto à Secretaria de Segurança Pública, solicitando medidas com relação ao delegado de Polícia Paulo Barreto, que exercia as atividades no município de Goioerê, este que nós também com muita honra representamos neste Poder.

Assumimos a tribuna hoje, com o intuito de de público, apoiar o requerimento e fazer um apelo ao Sr. Secretário de Segurança Pública para que tome medidas necessárias com relação a este requerimento, promovendo uma sindicância enérgica e justifique o porque, não só para com este requerimento, mas requerimentos que daqui deverão sair.

O Governo Jayme Canet temos certeza, quer saber da veracidade dos fatos. Assim dizemos, pois quando este delegado foi indicado para o município de Goioerê estivemos na Secretaria de Segurança e lá fomos constatar que era um dos homens mais credenciados como delegado junto à Secretaria de Segurança Pública, e hoje vemos esta denúncia com algumas petições que se fazem acompanhar. E nós, como representantes daquela região fazemos este apelo ao Sr. Secretário para que faça esta sindicância, porque este, como dissemos, é o pensamento, temos a certeza, do Sr. Governador do Estado.

Não é possível que delegados venham agindo da maneira aqui denunciada.

Conversamos inclusive com a nossa liderança, que nos autorizou falar em nome dela. porisso, desta tribuna, este nosso apelo porque constatei que este delegado era um homem de bem e vemos que esta petição que se faz juntar neste requerimento, e, como pediu o Sr. Deputado Jayme Carvalho, que se tome as ne-

cessárias providências, nós endossamos a estas palavras e endossamos também este requerimento.

Mas, Sr. Presidente, o tempo é escasso e encaminharemos a Mesa requerimento após colhermos assinaturas de todos os Srs. Deputados, se for possível, porque trata-se de um assunto de grande importância para nosso Estado, ou seja, com relação à Rede Ferroviária Federal, ou seja, a Diretoria Regional da Rede, que a Associação dos Engenheiros enviou solicitação de pronunciamento desta Assembléia, para que, junto ao Sr. Ministro dos Transportes, acolhesse o memorial enviado pela Associação dos Engenheiros.

E isso, em 14 de junho de 74. Vai fazer quase que praticamente um ano e até agora não recebemos nenhuma resposta.

Então, Sr. Presidente, após a colhida a das assinaturas de nossos pares encaminharemos à Mesa requerimento solicitando o andamento dos estudos que baseiam esta descentralização, tão importante para nosso Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Deputado Otássio Pereira, quarto orador inscrito.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desejo, nesta oportunidade, antecipar-me às homenagens que serão prestadas no próximo dia 13 do corrente à cidade da Lapa, pelos seus 206 anos de fundação.

É inequívoca a contribuição daquela notável cidade para o engrandecimento da história do Paraná, pelo oferecimento da capacidade de seus filhos, hoje, importantes vultos paranaenses.

Poucas cidades nossas têm podido oferecer tanto, e desde os primórdios da civilização paranaense, poucas cidades deram tanto brilho à formulação histórica do Estado, cujo detalhamento conta sempre com nomes de homens como Carneiro, o grande General que entregou a vida não não entregou a honra em face do inimigo numeroso.

A Lapa foi fundada no dia 13 de junho de 1769 e conta hoje com 24 mil habitantes. Seu nome tem origem no latim que define como "lapis pedra". Substitui a denominação mais antiga "Capão Alto", "Vila do Príncipe" e finalmente Lapa, que vem da presença próxima à cidade de formações arenísticas que formam a Gruta do Monge.

Queremos participar do júbilo merecido de que está tomado o povo Lapeano nesta oportunidade. Mas queremos participar também de sua esperança que de, ultrapassando dois séculos de existência, possa a Lapa merecer o apoio do Governo para fomanter o seu desenvolvimento, não apenas no campo do turismo, onde, na realidade, muito pouco se tem feito, mas no campo da produção em geral, onde se verifica a imperturbável vontade de crescer a taxas mais elevadas.

Assim, podemos afirmar, com dados estatísticos oficiais, que sua produção de soja do ano passado foi na ordem de 2425 toneladas, a de milho de 11.700, da batata de 12.750, e assim por diante. As estimativas estão em torno de um aumento de vinte por cento para este ano.

Srs. Deputados. Estivemos neste final de semana naquela gloriosa cidade. Verificamos que pouca coisa se modificou nestes últimos anos. Até mesmo a gruta do monge, local que tem atraído peregrinos e turistas de todo o Estado e até mesmo de todo o País, não tem merecido o tratamento desejado. Falta-lhe um hotel, restaurante de melhor qualidade, e até mesmo um serviço didático que não apenas enaltecesse os valores da Lapa, mas que ensinasse a história verdadeira da cidade, as gerações atuais.

Verificamos que, até mesmo o acesso que o DER construiu não está à altura da história da Lapa, da sua contribuição, da sua participação na cultura do Paraná. Trata-se de um acesso de terceira categoria, sem pavimento asfáltico, p que vale dizer, um paliativo que, com o suor, deverá danificar-se rapidamente.

Verificamos ainda que a rodovia que liga a cidade à Capital



está igualmente empéssimas condições, sem conservação, como se de resto estão as nossas rodovias estaduais.

Mas, Srs. Deputados, não desejo modificar o sentido destas minhas palavras que são de júbilo, de congratulações e de reconhecimento, denunciando fatos que todos conhecem.

Queremos apenas formular desta tribuna, nossos melhores votos e nosso profundo reconhecimento à Lapa, pelo que somos hoje e pelo que seremos amanhã.

Parabéns ao povo da Lapa. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Diariamente, nesta Casa, os Srs. Deputados de nosso partido o MDB e do partido da ARENA, como na tarde de hoje, o Deputado Fabiano Braga Cortes, relaciona-se os depoimentos desta tribuna, os requerimentos registrados na Mesa Executiva, em matéria atinente à Secretaria de Segurança do Paraná.

Sabemos muito bem, que de o atual Secretário, homem dotado de larga vida funcional nos órgãos de Segurança Pública, é muitas vezes fichado, por aquilo que nem tem conhecimento.

E justo, Srs. Deputados é fazer aquilo que os Srs. dão o testemunho. A mesma conversa franca e aberta testemunhada por todos, com o Sr. Secretário dos Transportes, da Saúde, na manhã de hoje, da Agricultura, enfim dos Srs. que vieram a este Legislativo, tentar se emanar com o poder político e trazer realmente as soluções satisfatórias à segurança do Estado.

Queríamos e estamos entrando, na tarde de hoje, com um requerimento, solicitando ao Sr. Secretário do Estado do Paraná que aqui venha, que escute realmente não só as denúncias, mas a contribuição que querem dar através de críticas construtivas, os Srs. Deputados arenistas e do MDB.

Sabemos muito bem do espírito franco de que é dotado o atual Secretário. Conhecemos seu trabalho nos órgãos que teve a honra de ser Presidente e de contribuir com seu trabalho.

Sabemos também que o atual Secretário tem a clarividência para aceitar sugestões e expor, através de sua palavra oficial o que está acontecendo realmente num dos principais órgãos da administração pública do Estado, que é a Secretaria de Segurança do Estado do Paraná.

Haveremos de, através deste contato, trazer ao Paraná, maior clareza àquela obscuridade de que todos os Srs. são testemunhas, onde vemos homens que detém o mando político não terem condições de tirar este ou aquele delegado, a fazer com que esta ou aquela autoridade sejam coibidas de abusos nos cargos que exercem.

Queria, nesta oportunidade, ...

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência suspende os trabalhos por alguns minutos, em virtude de falha no serviço de som. (Pausa).

Continua com a palavra o Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, o incidente que houve com o som, nada se relaciona com a convocação, que pretendemos, do Sr. Secretário de Segurança no Plenário.

Sabemos perfeitamente que a falha foi técnica, e queríamos ao encerrar, justificar a este plenário, que nosso requerimento tem o sentido único de auxiliar o atual Secretário de Segurança para que, juntos, encontremos a melhor forma possível no sentido de trazer ao Paraná a segurança de que todo o nosso território merece.

Os Srs. Deputados, como todos sabem, diariamente se fazem presentes na tribuna, trazendo ao conhecimento do público os desmandos, desleixos de autoridades, dos senhores delegados do Estado do Paraná.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Aragão de Mattos Leão, sexto orador inscrito. Não se encontra presente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldenício Barbalho, sétimo orador inscrito.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, a transcrição nos Anais da Casa, do artigo publicado em “O ESTADO DE SÃO PAULO”, do dia 10 próximo passado, de autoria do jornalista Pedro Dantas, sob o título “SANÇÕES POLÍTICAS E SANÇÕES PENAIIS, pela importância e atualidade do tema analisado.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1975”.

a) WALDENÍCIO BARBALHO.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao oitavo orador inscrito, Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há pouco aqui passou por esta tribuna o eminente Deputado Ezequias Losso. Moço que iniciou sua vida pública em Curitiba, como vereador por 2 legislaturas nesta cidade, posso dar testemunho, na Câmara de Curitiba foi um vereador zeloso e cumpridor de seus deveres.

Então, e diante disso, chego a estranhar a atitude que hoje adotou nesta Casa. Não queria ater-me a esse assunto no dia de hoje, menos ainda com o tempo limitado por imposição regimental, mas é preciso que alguma coisa venha a ser dita para que um esclarecimento, pelo menos contraditório, se estabeleça, para que esta Casa, formada por homens de todos os quadrantes deste Estado, realmente saibam o que ocorre em nossa Capital, o que efetivamente o Poder Público está promovendo.

Tenho para mim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o fato do Prefeito de Curitiba ser prefeito nomeado, inserido nessa esdrúxula legislação, que possibilite esse tipo de coisas, fazendo com que também nós aqui, tenhamos em grau maior a responsabilidade de nos atermos e de trabalharmos sobre os problemas de Curitiba e, em especial, sobre o Poder Público Municipal.

O eminente Deputado Ezequias Losso, veio hoje fazer a apologia da URBS, que em tempos da Câmara Municipal, nós os homens de origem eminentemente popular, que formávamos na bancada do MDB, batizávamos como a “malfadada URBS”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Esta Companhia, criada para promover o melhor desenvolvimento e progresso de Curitiba, transformou-se hoje, na realidade, no grande flagelo da cidade. Está nossa população sob tantos tipos onerada, já de tantas formas sacrificada, já de tanta maneira sendo vilimpediada em seu bolso e em sua própria vida, está essa Cia, a Companhia de Urbanização de Curitiba a se tornar efetivamente é um grave, um pesado e um desgraçado problema de onus para a população de Curitiba.

Denunciamos dia após dia, momento a momento, episódio o que a URBS fez e continua fazendo nesta cidade. Minoritário bancada pequena na Câmara Municipal, fomos impotentes na quantidade para modificar a situação que se criou. E se criou em Curitiba a transformação da filosofia do Poder Público. Entendo e me parece que deve ser o entendimento geral, que o Poder Público tem por finalidade a promoção de bem estar geral, a promoção da felicidade do homem. E o que se fez foi transformar o Poder Público em Curitiba, a exemplo do que se vem fazendo na esfera estadual e federal, mas aqui com uma incidência terrível, se fez transformar o Poder Público num balcão que está a mercadejar em busca de um lucro sempre crescente para um fim especial do grupo financeiro, do grupo econômico. Custe o que custe, custe isto a lágrima e o sacrifício da população curitibana. É isto que está passando Curitiba, é isto que nossa gente está sofrendo dramaticamente sem ver pela frente uma perspectiva de solução, uma perspectiva de remédio, um horizonte de solução.

O SR. PRESIDENTE — O tempo de V. Exa. se esgota e concedo mais um minuto para que conclua o seu pronunciamento.

O SR. ENÉAS FARIA — Já termino. É preciso, inclusive, que, com tempo, se possa trazer melhores elementos para se debater essa questão que, entendendo válida, seja aqui debatida. Curitiba deve ser debatida e estudada aqui, sob este aspecto e todos os demais.

Não queria deixar passar hoje sem que houvesse o contraditório, sem que houvesse o debate e sem que houvesse a negação à palavra do eminente Deputado Ezequias Losso que se tornou no porta voz do Poder Público Municipal, para dizer que estamos vivendo uma grande maravilha, porque aquela Cia, infeliz sob todos os pontos, reduziu a taxa de administração em cinco por cento, enquanto continua a onerar, e a onerar cada vez mais a nossa população.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidélcio Tolentino, nono orador inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ocupo esta tribuna com o fim único de encaminhar à mesa desta Casa e pedir aos nobres Deputados componentes deste Poder Legislativo que nos honrem com seu apoio ao projeto que tem o seguinte articulado: (LÊ):

# PROJETO DE LEI N. 72/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

ART. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao DER, para efeito de conservação e melhoria, a estrada de rodagem que liga o município de Capitão Leônidas Marques à cidade de Cascavel.

ART. 2.º — A despesa com a execução da presente Lei, correrá à conta da dotação orçamentária própria.

ART. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data, de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1975.

## JUSTIFICATIVA:

O município de Capitão Leônidas Marques está completamente separado da sede da Comarca de Capanema, pelo grande Rio Iguaçu.

Estando geograficamente unido ao município de Cascavel por linhas secas, mas servido por estradas de rodagem cujo precário estado atual não corresponde à necessidade daquele centro, notório pela sua produção agrícola e por suas indústrias extrativas de madeira, que tem como escoadouro desses produtos a BR-277 que demanda ao Porto de Paranaguá, este pequeno trecho de ligação rodoviária deve merecer as atenções do Estado.

Considerando que os contactos do Município de Capitão Leônidas Marques com outras partes do Estado e do País são feitos através da chamada Capital do Oeste — Cascavel, conhecida como o Centro Comercial daquela micro-região, não pode, "data venia", a ligação entre a qual seguidamente não oferece as mínimas condições para o tráfego de veículos.

Daí porque entendemos ser dever urgente do Estado, transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de pavimentação, conservação e melhoria, o trecho de estrada de rodagem que liga as referidas comunas.

Como é sabido, essa estrada, que interliga o Oeste com o Sudoeste, vem sendo mantida e conservada quase que somente pelo Município de Cascavel, que vem sendo instado com frequência pela população daquela cidade.

Pode parecer a primeira vista, que já imediatamente a seguir da visita do Sr. Secretário dos Transportes, que acumula com o Departamento de Estradas de Rodagem, e tendo em vista o dispositivo constitucional que pede ao Poder Legislativo legis-

lar sobre matéria que tinha, de qualquer maneira, a implicância de matéria financeira. Poderá este Poder, no futuro, vir a receber um veto do Governo do Estado, mesmo assim, por não entender que a Constituição vigente seja a Carta Política adequada para a orientação dos destinos do nosso programa jurídico e institucional, por não entender também que esta Carta retrate o que se chama de regime democrático, é que nós insistimos na propositura de projeto desta natureza. Acreditamos que, cada vez que se propõe um projeto desta ou de outra natureza que venha colidir com o preceito constitucional, ou preceitos constitucionais, naturalmente este Poder seria representado como aquela cabeça de força que os romanos, faziam para, vulnerar as portas fechadas dos palácios. E é com este sentido também, que temos a pretensão de encaminhar projeto de lei desta natureza à mesa desta Assembléia Legislativa.

Por outro lado, acreditamos que um projeto de lei desta natureza, poderia suscitar dúvidas, mormente quando se fala em gradualismo ou se falar em distensão ou quando se apregoa modificações para se estabelecer um evidente diálogo a respeito das mudanças dos parâmetros constitucionais...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa adverte o nobre orador que o seu tempo está esgotado. Ser-lhe-á concedido um minuto para concluir.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Obrigado.

Para que não se fique sem uma sugestão, para começar a decadência do Ato Institucional número 5, é oportuno lembrar à Presidência da República, ou o Governo Constituído da República poderia receber, sugestão apriorística, para como estudo e exame de uma revisão desses preceitos constitucionais, principalmente extirpando, do sistema legislativo brasileiro, o Ato Institucional número 5, como uma legislação de exceção. Poderia ser revogado e instituído na Constituição da República, um remédio jurídico que pudesse, à hora de uma necessidade o Governo dele lançar mão com mais eficácia do que lançar mão daquele instrumento de estado de sítio. Posteriormente poderia ser esta medida referendada pelo Congresso Nacional, ou então ser referendada pelo Supremo Tribunal Federal, ou ainda pelo Supremo Tribunal Militar.

Estas seriam as medidas que esgotariam, ou pelo menos poderiam extirpar do sistema de exceção brasileiro, o Ato Institucional nº 5.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias, décimo orador inscrito.

O que me traz a usar da palavra, não é nada mais nada menos do que abordar rapidamente o problema "delegado de polícia", principalmente do interior do Estado do Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, segunda feira próxima passada, usando desta tribuna o eminente Deputado Otássio Pereira, o fez com sérias acusações e críticas ao delegado de polícia do município de Manoel Ribas, Mas Sr. Presidente, Srs. Deputados, não venho a esta tribuna para, especificamente defender aquele delegado, mas o faço para que os Srs. Deputados, principalmente do MDB, que mais frequentemente têm usado desta tribuna para fazerem acusações e muitas delas quando na maioria injustas, porque basta que os Srs. Deputados do MDB recebam dos seus companheiros do interior um telegrama de que foi preso pelo delegado tal deste município, o nosso companheiro injustamente, já os Srs. Deputados vêm a esta tribuna para informar, na maioria das vezes, e aqui cometem injustiças sobre injustiças.

O SR. PRESIDENTE — O tempo de V. Exa. está esgotado. Peço que conclua sua oração.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Mas, eu pediria, Sr. Presidente, aos Srs. Deputados do MDB que, quando nessas acusações tivessem melhor conhecimento daqueles problemas, que para não trazerem mais à Casa polêmicas desta natureza, mas também eu queria aproveitando, dizer que os Srs. do MDB, muitos deles,



quando usam da tribuna, o façam no bom sentido, o façam com espírito de colaboração e compreensão. Mas, faria um parêntesis para citar o caso do eminente Deputado Luiz Carlos Zuk, que nas vezes em que tem vindo à tribuna, o tem feito no sentido de colaborar com os órgãos administrativos do Estado. Portanto, parabehizo-me com o Deputado Zuk, que há poucos minutos atrás, requereu permissão para que, nesta Casa, se faça presente o Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado. Deputado Zuk, eu não quero aqui empenhar minha palavra em favor do seu seu requerimento, mas, salvo melhor juízo, estarei a seu lado e como o meu tempo é escasso e já se finda, voltarei à esta tribuna para tecer melhores explicações e esclarecimentos sobre o Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná.

Era... só- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Está esgotado o tempo. Com a palavra, o Sr. Deputado João Cioni Netto.

O SR. JOÃO CIONI NETTO – Agradeço, Sr. Presidente, por ter me concedido o uso da palavra por três minutos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Faço uso da tribuna para falar em favor de uma comunidade do município de Umuarama e também ao mesmo tempo em favor do Banco Estado do Paraná.

Lá, neste lugar a que me refiro, o distrito de Ivaté, existe mais de três mil pequenas propriedades de dez alqueires para baixo. Uma comunidade, região essencialmente de café, onde tivemos a felicidade de não receber a geada 55 - 63, enfim, esta região desconhece esta triste desgraça cafeeira que se chama geada.

E para isso necessita aquela comunidade, de uma agência bancária. E como o Banco do Estado é o Banco de todos nós, gostaria que fosse também o Banco das famílias ivateenses.

E, para isso, passo à leitura do requerimento, agora para que os Srs. Deputados tomem conhecimento. (Lê):

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná, Dr. Affonso Alves de Camargo Netto, expediente solicitando a instalação de uma agência do referido Banco no distrito de IVATÉ, município de Umuarama.

O pleiteado encontra justificativa no grande desenvolvimento econômico e social de Ivaté, que já conta com mais de 4.000 propriedades rurais e não possui nenhuma agência bancária. Tanto o Banco como os proprietários residentes naquela região, serão igualmente beneficiados com a instalação de uma agência da mais importante e tradicional instituição bancária do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1975.

a) JOÃO CIONI NETTO".

Muito obrigado. – (sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Está encerrado o Pequeno Expediente. Passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna em data de hoje, para falar, discorrer, para desfolhar em síntese sobre a arapuca oficial mais violenta que foi armada neste País, para falar sobre o BNH.

(Lendo): "Sr. Presidente, Srs. Deputados. Tantos e tantos foram os milagres brasileiros nestes onze anos do período chamado "revolucionário" que as consequências de imaturidade de planejamento começa a se aviltar de tal forma, que mesmo querendo calar, somos obrigados a falar, principalmente porque o chamado milagre parece não medir divisas em suas funestas consequências que recaem sobre o povo, principalmente sobre

aqueles que se deixaram enfeitiçar pela mística, que prometia a resolução dos mais eminentes problemas no espaço mais curto de tempo.

Sob a justificativa de que o aumento progressivo do déficit habitacional brasileiro, iniciado com o congelamento de aluguéis na década de 40, agravava-se permanentemente por força do processo de urbanização e na manifestação de preocupação com a industrialização acelerada após a guerra de 45, as décadas de 40 e 50 despertaram os sentimentos de urbanização e da industrialização.

Com a propaganda por demais acentuada, deslocou-se violentamente para a área das cidades parcela incalculável da população rural que vinha em busca, não só do mercado do trabalho anunciado, mas principalmente da chamada habitação popular que oferecia o Governo em 64, através da criação pela Lei nº 4380, de 21 de agosto de 64, do Banco Nacional de Habitação.

Não tardou a propaganda a hilarizar platéias nos quatro cantos deste País. Eram os lavradores, habitantes de casas de barrotes, cobertas de sapé, que abandonavam suas moradias; eram os pequenos istiantes que vendiam suas áreas de terra, contagiados pelo milagre da oferta de uma habitação com condições de sobrevivência para si e suas famílias, em prazos nunca vistos. Vendiam por pouco mais de nada o seu pequeno celeiro de produção aos mais abastados agricultores; era a esperança dos habitantes de mocambos e de favelas, em poder se estabelecer para uma vivência mais digna, amparada e mais social.

Era, enfim, a esperança da resolução de um dos mais tristes problemas que estava prenunciado a ser resolvido com a criação do BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO.

E sob a égide de um axioma quase popular – QUANTO MAIORES FOREM AS MULTIDÕES, MAIS VAZIAS SERÃO. O QUE A MEGALÓPOLE DÁ COM UMA MÃO, TIRA COM A OUTRA, afirmavam os que haveriam de construir casas para os que não tivessem casa para morar; moradias para vender a quem não tinha e propunham a construção, não de simples metros quadrados, mas de moradias de fato, para resolver definitivamente o problema de habitação neste País.

Os primeiros núcleos construídos no Paraná foram em Jaguariaíva, casas que não somavam mais de 25 m2., construções que os primeiros compradores tiveram de abandonar porque não tinham condições de pagar o contrato feito com o BNH.

Além disso, foram ainda incluídos na receita do BNH os 4 por cento pagos pelos proprietários dos alugueres recebidos, porém condicionado à obrigação de reembolso após vinte anos.

Forma-se o capital, advindo de fonte das mais populares, receita nascida do sacrifício principalmente do seio do proletariado brasileiro, e a mesma lei, criadora do BNH estabelece que, fica o Estabelecimento, vedado em operar diretamente em financiamento, compra ou venda, ou construção de habitações, entrando em atividade, em virtude das determinações do contexto, grupos interessados na participação do empreendimento que, naturalmente, contagiava pela suas perspectivas.

Entre outras inovações para o desenvolvimento do capital de giro do BNH, cria-se ainda, em 1964, adendo à Lei nº 4.380, permissibilidade de emissão de letras imobiliárias, um dos mais perfeitos e mais eficientes instrumentos para a captação de recursos, por estabelecer a promessa de pagamento através de letras imobiliárias garantida pelo Governo Federal.

Sobe astronômica, até o fim do ano de 1964, o imprevisto capital de um empreendimento que nasce, de um capital correspondente à fonte de trabalho do operário brasileiro, opera-se o milagre em constituir com apenas um por cento da renda dos assalariados, o maior capital, destinado a resolver o problema da habitação popular neste País".

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Lúcio Machado, realmente, o problema

que V. Exa. aborda a respeito da política do BNH, tenho a impressão que houve um desperdício de objetivos, houve um excesso de zelo e uma preocupação muito grande para entesouramento de recursos nas mãos do Poder Público.

O BNH se constitui, hoje, uma das maiores empresas que entesouram dinheiro popular. Até chego a duvidar que a Loteria Esportiva dê mais condições que o BNH.

O objetivo primeiro do Governo, quem sabe, seria dotar a população brasileira de moradia para que as famílias mais humildes, a classe média, até a classe trabalhadora, por assim dizer, vem reduzindo, neste País, de geração à geração. Ao se criar o BNH, imaginou-se que pelo menos, em parte, se erradicaria, esse sofrimento, essa insegurança das famílias brasileiras, principalmente da classe assalariada.

No entanto, nobre Deputado, ao se fixar, ao se ajustar, ao se firmar um contrato com o BNH, um contrato infinito, de proporções galopantes, que estabelece um sistema de aumento de prestação, não sei se aritmética, ou geométrica, mas a verdade é que tenho em mãos um contrato firmado em 1969, no valor global de 18 mil, 163 cruzeiros e 60 centavos. Foi pago a poupança que, em termos outros seria o pagamento inicial, de 3 mil e 950 cruzeiros.

Já foram pagos até o mês de maio, para que complementasse 72 prestações, foram pagos quase 15 mil cruzeiros, mas aqueles 3.950 cruzeiros, seria ultrapassado o valor da fixação do ajuste, do acordo do contrato. No entanto, nobre Deputado, tenho em mãos e isso eu fiz pessoalmente, foi ajustado para esse adquirente da casa própria, uma casa de 54 metros quadrados, apenas 54 metros quadrados, uma casa com 3 quartos, como vem no papel. Um memorial descritivo, uma quantidade de papéis, uma pasta de papel dando sentido diplomático nos documentos.

No entanto, apesar do pagamento ter ultrapassado o valor da conta inicial, liquidei, ontem, está aqui, prova plena, cabale indisputável, da promissória, no valor de 37 mil, 369 cruzeiros e 10 centavos, de saldo. Pagos para que o contrato não se perpetuasse, para que o negócio fosse desfeito ou fosse ajustado para outra pessoa. Então, veja V. Exa. que o valor da casa foi triplicado, e esses Cr\$ 37.369,10 correspondem ao valor que ainda tinham a pagar e às prestações que na época, com base no salário mínimo, renda mensal de 800 cruzeiros, se pagava 163 cruzeiros. Hoje, já estava se pagando perto de 500 cruzeiros e veja V. Exa., lá em Cascavel. E lá existem mais de 20 casas, das 100 ou 80 casas que ali foram implantadas, mais de 20 que foram abandonadas, tantos contratos foram executados, senão judicialmente, foram executados forçados, pressionados, perdendo-se tudo aquilo que tinha sido pago.

Veja V. Exa. que o objetivo que talvez tenha inspirado o Governo da República a fazer a erradicação das favelas, resolvendo o problema da moradia no Brasil, parece que aumentou o problema e para tristeza nossa, uma empresa de nossa Capital, que por motivos éticos deixo de mencionar o nome, está passando grave crise no seu quadro funcional, principalmente de mão-de-obra não especializada. Não há mão-de-obra para satisfazer as necessidades daquela empresa.

E nós indagamos porque. E uma assistente social que presta serviços naquela empresa, disse-nos com tristeza, o que podemos fazer para fixar o trabalhador em nossa empresa? Dizia ela que o mais grave de tudo, residia no problema da moradia. Indaguei, mas eles não se beneficiam do BNH? E a pessoa me esclareceu que eles não têm condições de comprar casas pelo BNH.

Veja V. Exa. que o BNH foi instituído, foi instaurado para uma finalidade e descirтуando o objetivo inicial, passou a ser um bando que agiota o dinheiro público. Que toma da mão popular o dinheiro público e volta seus objetivos para outro campo, como por exemplo, financiamento de grandes empreendimentos com a justificativa de que esses empreendimentos poderiam gerar mão-de-obra. Mas o que adianta, se a mão-de-obra, se o homem que presta essa mão-de-obra não tem condições psicológi-

cas de trabalhar, não tem segurança de trabalho, não tem segurança de família, não tem lugar para morar. E o governo sob essa égide, sob esse propósito, instalou no Brasil o BNH, e dele não se serve para satisfazer as necessidades dos mais necessitados. É por isto que ofereço este aparte subsidiando a clareza de seu pronunciamento, Sr. Deputado.

O SR. LÚCIO MACHADO – Obrigado, pelo inteligente aparte que V. Exa. dá e dá, principalmente, a consistência e a percepção de conhecimento sobre este triste flagelo que lançou os seus tentáculos sob o seio das famílias brasileiras, principalmente do proletariado desta Nação.

Para complementar ainda a denúncia do seu aparte, quero esclarecer ao Sr. Presidente, e aos Srs. Deputados, que um dono de casa popular que comprou, que adquiriu, através do BNH, uma casa há cinco anos passados por trinta mil cruzeiros e ele pagou fielmente sessenta prestações com juros e correção monetária, hoje deve ao BNH a quantia de 54 mil cruzeiros. Foi a maior, e mais perfeita arapuca oficial que se montou na estrutura administrativa deste Governo. E é preciso que se tome providências a fim de que o povo empobrecido, o povo brasileiro, principalmente deste operário deste país não continue a morrer de fome.

Mas continuando, Sr. Presidente, (Lê): “o Banco Nacional de Habitação, em 1966, a lei que o criou a 4.815 sofreu complementação na sua instrumentação legal, determinando que: Os adquirentes de qualquer programa habitacional, ficaria obrigado a contrair apólice de seguro, a fim de assegurar os riscos pessoais do imóvel e da renda, e em 14 de setembro de 1966, pela lei nº 5.107, cria-se o fundo de garantia por tempo de serviço, que também há uma arrecadação de 8 por cento dos salários pagos, embora, depositado em nome do empregado em conta vinculada bancária, era descontado de sua minguada folha de pagamento, mais a finalidade objetiva, parecia ser assegurar recursos, para que, os seus compromissos principalmente, com o Banco Nacional de Habitação gerente propriamente dito, dos fundos montados pelo FGTS, equivalente a 8 por cento dos salários pagos neste País.

Não fica por aí as fontes de recursos, que de qualquer forma, procedia o diminutivo violento no magro salário do empregado e os onerava a cada passo de forma até aviltante. Cria-se através do Decreto nº 70/76 – as associações de poupança e empréstimos com a sigla SBPR – SISTEMA BRASILEIRO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMOS, ampliando assim, as esclas de recursos e responsabilidade.

INCREMENTA ASSIM A GRANDE RECEITA DO BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO – Inicia-se o seu trabalho de espetacular desenvolvimento financeiro – Financiamento e refinanciamento ao consumidor de materiais de construção.

Financiamento e refinanciamento do capital de giro ao produtor de materiais de construção.

Financiamento e refinanciamento do investimento no ativo fixo das empresas produtoras e distribuidoras de material de construção.

Refinanciamento de aumento de capital das empresas produtoras e consumidoras de material de construção; e, financiamento e refinanciamento de projeto de assistência técnica, para as empresas produtoras e distribuidoras de material de construção e ainda para entidades públicas e privadas, cujas propostas seriam as pesquisas e normalização de iniciativas tendentes à redução dos custos de materiais de construção.

O ESTABELECIMENTO CRESCE E DESENVOLVE DE FORMA MAGISTRALÍSSIMA, a esta altura, se destaca como um dos mais importantes estabelecimentos de capital no País, e naturalmente, seus expedientes, para o seu desenvolvimento, ampliam-se em 1968, cria-se e regulamenta-se o sistema financeiro do Saneamento; financiando e refinanciando, estudos, projetos e assistência técnica e execução das obras necessárias à implantação e melhoria dos sistemas de esgotos e abastecimentos de água nos centros urbanos. Desenvolve então o BNH o financia-

mento no planejamento local integrado, admitindo como agente o SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO, SERFHALL.

Passa a integrar logo depois, ao sistema brasileiro de poupança e empréstimo, com a instalação de 27 Associações de Poupança e Empréstimos, sendo elas sociedades civis, de âmbito regional restrito, cujo objetivo, seria propiciar e facilitar a aquisição de casa própria e incentivar e disseminar a poupança.

O crescimento do Banco Nacional de Habitação foi tão espetacular, que, no quarto ano de sua existência, aparecia como o terceiro Banco do País, com um capital de reserva de 333 milhões, com um ativo de, 2 bilhões e 400 milhões de cruzeiros, equivalente a 104 milhões e 750 mil dólares, ao câmbio da época. Para no quinto ano de sua fundação o BNH se destacar como o segundo Banco do País, com um ativo superior a 1 bilhão de dólares, e um volume de depósito de 3 bilhões e 700 milhões de cruzeiros, (925 milhões de dólares, a taxa de 4 cruzeiros, vigente na época). O desenvolvimento era tão grande que seria impossível parar por aí, havia portanto uma necessidade maior de expansão; em 1970, entra em funcionamento, mais um órgão ativo de administração, na estrutura administrativa do BNH, cria-se o PES – PLANO DE DESENVOLVIMENTO SALARIAL, organismo este, que teria a incumbência de garantir aos adquirentes de casa própria, um número certo de prestações com reajuste anual equivalente ao salário mínimo. O BNH não poderia parar aí, o volume de capital aumentava assustadoramente, o seu corpo de atividade carecia a cada passo de ser ampliado, para dar vazão a tanta riqueza que asseverava o Banco Nacional de Habitação. Elabora-se então naquele mesmo ano, ou seja, em 1970, o Plano Nacional de Saneamento (PLANASA), que assumiria a responsabilidade de aplicação de capital, financiando o saneamento nos quatro cantos da Nação; nascia então mais um organismo produtor de riquezas extraordinárias com um tipo de financiamento que atingia principalmente e as classes menos abastadas, e dela haveria de subtrair as economias através de juros, correções monetárias, taxas, etc.; para a expansão dessa atividade o PLANASA criou nos Estados as concessionárias estaduais e através das mesmas, a expansão foi rápida e fácil, milhares de brasileiros hoje, pequenos proprietários na maioria assalariados, estão com débitos parcelados com a PLANASA, débitos que contrairam para poder instalar em suas residências, uma torneira de água e muitas vezes só uma torneira de água. Com mais esta criação, com o estabelecimento de mais esse organismo, ascende o BNH a 982 milhões de cruzeiros (198 milhões de dólares, chegando a um capital de reserva de 7,5 bilhões de cruzeiros), (1,5 bilhões de dólares, ao câmbio de 4,95 em fins do ano de 1970).

Em 1971 o organismo entende que era preciso estabelecer um sistema de amortização de forma constante, permitindo aumentar o prazo e diminuir os juros, pois verificava-se que a imposição tinha sido por demais violenta e qualquer falta de modificação que contribuisse para uma medida de justiça em favor dos campos financiados, poderia gerar o desconto do próprio BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO, que a essa altura já havia desvirtuado totalmente o plano de sua criação, baseado na Lei nº 5.705/71 veio uniformizar em 3 por cento ao ano a remuneração em termos de depósitos do FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO. Os juros dos financiamentos imobiliários, passou a vigir pelo sistema de amortização constantes o invés de ser regidos pela tabela price.

O VOLUME DE CAPITAL, aumenta de forma extraordinária, os criadores e planejadores do BNH, assusta com os crescimentos magistrais do Estabelecimento, e se preocupa com a sua constituição, carecia dizia eles, que se encontrasse um meio de mais segurança e mais condições de expansividade. Não tardou entretanto, o alcance do objetivo, e 14 de Dezembro do ano de 1971, pela Lei nº 5.762 transforma-se o BNH em empresa pública, estabelecendo maior flexibilidade operacional, como Banco de segunda linha, estabelecendo agências aplicadoras de crê-

ditos e com responsabilidade pelas operações realizadas.

16 Estados da União se alistam no PLANASA, atribui ao BNH a mais expressiva fonte financeira, empenhando verbas mais importantes dos Municípios, como seja a cota de participação do imposto de renda, e a conta parte do seu direito sobre o IMPOSTO DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS, o Sucesso do Planasa foi tão grande que, passou a constituir uma das maiores fontes de receitas do BNH assumindo o papel de relevante atividade na propagação e aplicação de financiamento das infra-estruturas urbanas, água, esgotos, etc.

Não se contenta o BNH com os auxiliares criados até agora, porque a rentabilidade aumenta a cada segundo de atividade; lança-se o projeto CURA – COMUNIDADE URBANA PARA RECUPERAÇÃO ACELERADA. As siglas inteligentes e cabalísticas de cada organismo estabelecia sempre um sinônimo de propaganda, que, de imediato o sistema planejado era implantado sem obstáculo algum.

O Projeto CURA, estabelecia condições para construção nos lotes urbanos, que, por falta de utilização, segundo eles, encareciam os serviços urbanos que recebiam tais como: limpeza pública, iluminação etc. Em 1973, cria-se o Plano Nacional de HABITAÇÃO POPULAR PLANHAP, com objetivo de no prazo de 10 anos eliminar a falta de casa própria – dando casa com infra-estrutura social, urbana e comunitária e as famílias que, obtivesse renda de 1 a 3 salários mínimos – Concomitantemente, cria-se o SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO POPULAR, SIFHAP, com a finalidade de juntar os recursos de Governos: Estaduais e Municipais, aos recursos do BNH, com financiamento de 1 a 6 por cento ao ano – Instituído-se desde logo, em cada unidade federativa, UM FUNDO ESTADUAL DE HABITAÇÃO POPULAR, FUNDHAP, cuja finalidade seria a de manter o entrelaçamento permanente com os recursos indispensáveis à oferta contínua e adequada das habitações populares.

No mesmo ano, instituiu-se os três fundos do Desenvolvimento urbano; convênio que se estabeleceu entre o BNH, o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Banco da Amazônia, para aplicação em obras de infra-estrutura comunitárias em conjuntos habitacionais financiados pelo BNH e o FINC, por sua vez criou subagentes com subprogramas, tais como o FIEGE – FINANCIAMENTO DE INFRA-ESTRUTURA GERAL E FINANCIAMENTO DE INFRA-ESTRUTURA DE SERVIÇOS INDUSTRIAIS e ainda o FIDREN – FINANCIAMENTO PARA O SISTEMA DE DRENAGEM.

Em 1973, criou-se dentro do PRANHAP a FINEC e o FIEPAR, como as outras, incumbido de aplicar financiamentos em setores distintos, todos eles, aprovado pelo Decreto número 75.512, do BNH. Muitas outras siglas, tais como, TREINAT, ASSISTEC, PROFISCO, FIMEL, FINAM, DEP e FISON, para subdividir os departamentos e organismos de atividades financeiras e executivas do BNH. Hoje, o BNH é um dos mais importantes dos Bancos Oficiais da União efetivamente, que se formou esse gigante de uma estrutura de escravatura econômica de milhares de brasileiros, que em sua maior parte, principalmente, as chamadas mutuários de casas populares. Esses, que enfeitados pela propaganda desenfreada vítimas de promessa demagógica, colocaram por si, as suas cabeças nas guilhotinas preparadas no complexo de economia extraordinária que se montou através do BNH.

Hoje, os mutuários pagam as suas dívidas, e as empresas refinanciadoras, e quando esse pagamento sofre um pequeno período de atraso, os organismos refinanciadores da dívida, no caso nosso, o Estado do Paraná, tem como grande refinanciador o Banco do Estado, e quando os pagamentos das prestações atrasam um determinado tempo, procede-se o arresto da casa, mesmo que o comprador, o mutuário já haja pago anos e anos seguidos, é o que está acontecendo constantemente, o credor do refinanciamento, apodera-se da casa, do mutuário que deixou de pagar, até seis prestações consecutivas, e revende a mesma casa,

por preços nunca inferior ao tempo, já pagas pelo mutuário despejado, fazendo assim, um verdadeiro a toda afronta com a poupança popular.

Recebemos ainda estes dias, datado de dois de junho, carta do Sr. Custódio Fernandes Maciel, que versa sobre o seguinte:

"Adquiri uma casa popular, cuja escritura foi lavrada em 30/11/67, com a Cia de Habitação do Paraná, COHAPAR, localizada na Vila São Pedro, nesta cidade, posteriormente, esse núcleo residencial, passou a ser administrado pela CREDIMPAR e atualmente pertence ao BANESTADO FINANCEIRA, organização do Banco do Estado do Paraná S/A. Por motivos imperiosos, o mesmo pela ineficiente administração desse núcleo de casas, a prestação da casa foi atrasando, pois no início os recibos das prestações vinham a esta cidade, através da agência do BANESTADO, depois, todos os acertos e pagamentos tinham que ser efetuados em Londrina, agravando mais ainda a situação dos mutuários. Agora foi com uma notificação do banco surpreendidos, para recolher a importância de Cr\$ 13.000,00 (treze mil cruzeiros) aproximadamente, sob pena de perder o imóvel adquirido.

O ilustre deputado bem pode avaliar a situação delicada em que me deparo, pois sou aposentado pelo FUNRURAL, desde 8/03/73, por conseguinte, não tenho condições de efetuar o depósito da importância pretendida pela Banestado Financeira, e necessito da casa para abrigar a minha família. Assim peço encarecidamente a Vossa Excelência, a especial fineza de verificar a possibilidade de parcelar essa minha dívida ou conseguir uma outra solução satisfatória junto à Banestado Financeira, para equacionar o problema, pois tenho condições de manter daqui para a frente as prestações em dia.

Casos idênticos ao do suplicante Custódio Fernandes Maciel, são similares aos milhares que ocorrem constantemente por este Brasil, sem que o BNH sinta a súplica desses escravos da mais importante arapuca armada nestes últimos tempos.

Para se ter uma idéia, Sr. Presidente, do avassalamento da economia popular, citaremos apenas alguns pequenos exemplos:

O mutuário que comprou uma casa popular do BNH a cinco anos passados, por exemplo, por Cr\$ 30.000,00 pagou as prestações parceladas durante os cinco anos\*, e agora depois de 60 meses, de pagamento, invés de haver amortizado a sua dívida, ele está devendo ao BNH Cr\$ 54.000,00. O Banco Nacional de Habitação, sob justificativa de ter o trabalhador brasileiro como reserva de segurança pelo tempo de serviço a parcela do FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO, ficou também com o direito assegurado de manejar, usar e transferir para o seu patrimônio o FUNDO PERTENCENTE AO TRABALHADOR, sob a justificativa de que essa economia devia ser usada para amortizar os compromissos dele, mutuário, com o Banco Nacional de Habitação. Logo o trabalhador assalariado com teto familiar de até dois salários mínimos, em cinco anos teria um saldo depositado em sua conta pelo Fundo de Garantia, aproximadamente Cr\$ 6.000,00. O Banco transfere sem qualquer problema, sem qualquer consulta, sem qualquer autorização do depositante, o valor para sua conta, sob a justificativa de que a transferência é legal, visto a mesma contribuir para a amortização do débito dele, trabalhador, com o BNH, em cinco anos.

O Banco recebeu do trabalhador, mutuário, além das 60 prestações, mais o seu fundo de garantia. Logo o trabalhador comprou a sua casa própria por Cr\$ 30.000,00 e pagou cinco anos. O BNH ficou com o seu fundo de garantia e ele continua devendo ao BNH, referente, conta efetuada de Cr\$ 30.000,00, a quantidade de montante igual a Cr\$ 48.000,00.

Tudo foi maquinalmente preparado e o grande prejuízo, na observação mais pura dos fatos, foi o trabalhador brasileiro.

Ele perdeu a estabilidade por tempo de serviço com a criação do fundo de garantia por ter oferecido esta sistemática como

opção a ser exercida por todos os assalariados regidos pelas Leis Trabalhistas, parecia até que seria a garantia de um pecúlio por ocasião da aposentadoria; entretanto, o trabalhador brasileiro que caiu na arapuca do BNH, ficou distituído praticamente além do direito de estabilidade, do fundo de garantia, de ter sua casa própria, porque o Banco, através dos seus subsidiários agentes, tomam a casa do mutuário violentamente, embora legal, quando deixa de pagar seis prestações consecutivas, mesmo que ele tenha pago, ao Banco, muitos e muitos anos de prestações.

Para se ter uma idéia do montante do fundo de garantia depositado e que serviram de capital ativo para o BNH, verificamos a receita levantada em 30 de junho de 1974: 5,6 milhões de cadernetas, com um total de depósitos de 25,2 bilhões de cruzeiros. "E isso tudo para formação de um capital que está sendo, hoje, aplicado até no Exterior, através de uma fórmula mais espúria que é aplicação de juros violentos.

A grande verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que o milagre de tirar dos pobres, deixando-os mais pobres, e fazendo com que o trabalhador brasileiro não tenha condições de morar nem de dormir, como tinha antes, embora nas casas de sapé e feitas nas barrocas.

É o grande milagre, milagre que constituiu, oficialmente, uma grande arapuca, a única dessa natureza, envolvendo uma nação inteira, principalmente a parte alta desta Nação, que é o trabalhador, o operário, o lavrador".

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre deputado Lúcio Machado, estamos acompanhando o pronunciamento de V. Exa., a respeito de matéria de tal envergadura. Matéria que V. Exa. leva à tribuna e que é de tal importância que merece o valor que V. Exa. está dando e convidando a Casa ao debate, porque assunto dessa relevância merece ser debatido na Câmara mais alta da Nação.

Assunto que merece a preocupação das inteligências superiores deste País, porque necessitamos, realmente, de uma política habitacional que venha de encontro às necessidades do trabalhador; que venha atender principalmente os cidadãos brasileiros que recebem pouco, que vivem distante das assistência médica; que sobrevivem desnutridos, justamente pela baixa renda "per capita" nacional.

Mas caríssimo deputado Lúcio Machado, o BNH já ultrapassou o Banco Interamericano de Desenvolvimento, com o capital de mais de 200 bilhões de cruzeiros. Ou o governo central estuda uma nova sistemática na política nacional da habitação para o pobre, para aquele que jamais terá condições de adquirir sua casa própria, ou se decide pela outra opção: retira dos Estatutos do BNH, a cláusula mais nobre, mais sublime, que é aquela de erradicar as favelas, de promover o desfavelamento. A-chamos que V. Exa., na sua exposição, retrata uma situação real que ocorre nesse setor de operação do BNH. O BNH evidentemente, se transformou num Banco de Crédito, de comercialização de capital como qualquer outro. Ele joga o dinheiro, faz o investimento especificamente, onde adquire lucro, agiotando a própria família brasileira. Ou o BNH apaga de seu Estatuto esse atendimento humanístico e sublime de dar habitação para o trabalhador, para o pobre, ou o Parlamento Nacional, o Governo Central deste País reformula a política de aplicação de investimentos do BNH, neste setor de casa popular, para que a gente mais humilde e mais carente possa ter sua casa própria. Parabéns, nobre Deputado.

O SR. LINEU TURRA — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, estamos acompanhando com atenção o seu brilhante pronunciamento e lamentamos que esta Casa não esteja cheia para ouvi-lo, dada a importância do assunto que V. Exa. traz a debate. Realmente, Sr. Deputado, se instalou com o BNH no Brasil uma agiotagem legalizada. Desvirtuaram-se as

finalidades do Banco, que eram sociais, mas, além desse aspecto, ilustre Deputado, há que considerar outro, de gravidade.

Verificamos na política habitacional do BNH, especialmente no que diz respeito às habitações populares, que existe não só agiotagem, mas uma verdadeira fraude. Uma exploração. Ele entrega as habitações inacabadas, sem condições de habitação. Isso, é um crime se isso não for consertado, pois se comete contra o mutuário, um verdadeiro crime, que depois de assinar o contrato e receber sua casa, vai verifica que a mesma não tem condições, nem as mínimas, de habitação.

Esse assunto já foi ventilado e o BNH responde que não tem compromisso com a entrega das habitações. Mas, então, perguntamos, a quem compete fiscalizar a entrega das casas populares àqueles que as adquirem?

De sorte que o que verificamos além da exploração no aspecto da cobrança de juros, verificamos também uma fraude no que concerne à firmação do contrato até sua efetivação.

O SR. LÚCIO MACHADO – Obrigado, nobre Deputado, realmente, é um fato, acima de tudo criminoso, das atividades do BNH neste País e como viu V. Exa. no discorrer do meu estudo, o BNH ao formar seu capital, transferiu a responsabilidade da construção e a venda a agências subsidiárias, ficando então o Banco com o capital dos mutuários e trabalhadores brasileiros e sem nenhuma responsabilidade com os mesmos. É sem dúvida alguma, uma ilegalidade que se exerce dentro do sistema legal deste País.

Mas, continuando...

O SR. PRESIDENTE – A Mesa anuncia que restam 5 minutos para o término da Hora do Expediente, que é improrrogável.

O SR. LÚCIO MACHADO – Obrigado, Sr. Presidente.

O que me trouxe a discorrer sobre o Banco Nacional de Habitação, foi a queixa recebida de um dos mutuários da cidade de Jacarezinho. Entendendo que a sua queixa é a queixa de milhões de brasileiros na qualidade de compradores de casas do Banco Nacional de Habitação me senti na obrigação, no dever e no trabalho de pesquisar sobre a formação deste monstruoso gigante que corrói a economia das pessoas mais pobres deste País. Para se ter uma idéia basta verificar os jornais que circulam semanalmente não só no Paraná, mas em todo o País, em todas as capitais de Estado desta Nação. Lá em suas páginas normal e constantemente se encontra o aviso de subsidiário do Banco do Estado, cujo aviso planejado, codificado, sempre nos mesmos termos dando a conhecer os mutuários devedores, os mutuários que não pagaram seus compromissos na data exata do vencimento ao Banco Nacional de Habitação. Estes avisos são todos como este inserido na "Folha de Londrina" de 31 de maio de 1975, envolvendo apenas quatro cidades – Londrina, Jacarezinho, Cornélio Procopio e Arapongas. São mutuários que estão, naturalmente, com seus despejos configurados porque atrasaram seis meses de pagamento ao subsidiário do BNH. Este aviso que é versado sempre nos mesmos termos, diz:

"Pelo presente aviso, elaborado de acordo com os termos da Resolução 11/72, do Conselho de Administração do Banco Nacional de Habitação, ficam convocados os mutuários, baixo relacionados, para regularizar, dentro de 20 dias a partir desta publicação, suas prestações em atraso, referente aos contratos mútuos com garantia hipotecária, que celebraram com este agente pelo sistema financeiro de habitação. O não atendimento do prazo fixado ensejará a inscrição da hipoteca. Outrossim, os mutuários interessados em resgatar suas prestações deverão comparecer às Agências do Banco do Estado, etc. etc."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é uma doença que contagia. É a corrida pelo interesse do enfraquecimento da economia popular. Está aí também para nossa tristeza como subsidiário do Banco Nacional de Habitação, o Banco do Estado do Paraná, tomando as casas dos mutuários do BNH, com simplesmente 54

metros quadrados, de péssima construção, de homens que cotidianamente trabalham levantando casas ou lançando semente à terra, dando de si o suor sagrado de todos os dias para manter condignamente a sua família e o empréstimo aviltante feito também pela economia quase pública do Banco do Estado do Paraná, ameaça jogar na rua milhares e milhares de pessoas, compradoras de casas populares inventadas por esse gigante, por essa arapuca que vem corroendo milhares e milhares, milhões da economia da família brasileira que está esfomeada.

Não temos outros recursos, o Banco Nacional de Habitação faz parte da estrutura do Governo Federal, do Governo Central e não podemos nós fazer nada.

Valemo-nos desta oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para dar entrada a um requerimento em que se pede, com veemência e até de joelhos, ao Banco do Estado, o auto-financiador do Banco...

O SR. PRESIDENTE – Lembro ao nobre Deputado que está esgotado o tempo que dispunha para concluir o seu pronunciamento.

O SR. LÚCIO MACHADO – ... de se ter mais condições para que se possa salvar essas famílias que estão sujeitas a serem atiradas à rua, depois de haverem pago a sua casa própria 5, 6, ou 7 anos.

O meu requerimento está vasado nos seguintes termos: "Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso dos direitos que lhes são conferidos por Lei

REQUER:

Envio de apelo ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO, solicitando seus bons ofícios junto ao Banco do Estado do Paraná, no sentido de que não se acione os mutuários de casas populares, construídas neste Estado pelo programa do BNH, e refinanciadas pelo Banestado.

Até que o atraso de pagamento não seja superior a 12 meses; e quando o valor da mesma não se acenda a montante maior de Cr\$ 50.000,00, na Escritura de Compra e Venda ou compromisso.

Requer ainda se conceda o parcelamento das dívidas em atraso com juros não superior a 1,84 por cento ao mês.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1975.

a) LÚCIO MACHADO".

Perdoe-me, Sr. Presidente, inclusive eu cortei parte do meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE – Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente. Necessita de apoio. – Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ANTONIO FACCI – (Pela ordem). Sr. Presidente, solicito a verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE – O Sr. 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

– (É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam a chamada nominal 25 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados, apenas em fase de discussão.

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução N. 17/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição N. 196/74, que aprova o Termo de Acordo celebrado entre o Governo do



Estado do Paraná e o Ministério do Interior, objetivando criação de Mecanismo de controle da erosão na região nordeste do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.A.I.C. -

Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei N. 02/75, de autoria do Dep. Francisco Escorsin, que declara de Utilidade Pública a Associação Hospitalar e Assistência Bom Jesus dos Perdões, com sede e foro na Cidade de Guaraqueçaba.

Parecer favorável da C.C.J. - Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei N. 45/75, de autoria do Dep. Mauricio Fruet, que declara de Utilidade Pública a União Beneficente e Recreativa de Santa Quitéria, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. -

Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução N. 19/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição N. 227/74, que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, objetivando a continuidade ao Plano de Combate da Raiva dos Herbívoros, utilizando a Vacina Era. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.A.I.C. - Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução N. 21/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição N. 155/74, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Ministério da Saúde, o Governo do Estado do Paraná e a Associação Paranaense de Reabilitação, para aplicação de recursos destinados à Assistência a Deficientes Físicos.

Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. - Encerrada a discussão.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 21/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

ART. 1º - Fica aprovado o termo de Convênio celebrado entre o Ministério da Saúde, o Governo do Estado do Paraná e a Associação Paranaense de Reabilitação, para aplicação de recursos destinados à assistência à deficientes físicos.

ART. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, em 08 de abril de 1975.

aa) ACCIOLY NETTO - Presidente

NILSO SGUAREZI - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 21/75

#### P A R E C E R

Tem por objetivo este Projeto de Resolução, de autoria de Comissão de Constituição e Justiça, aprovar o Termo de Convênio celebrado entre o Ministério da Saúde, o Governo do Estado do Paraná e a Associação Paranaense de Reabilitação, para aplicação de recursos destinados à assistência a deficientes físicos.

A douta Comissão de Constituição e Justiça já se pronunciou e entende que a matéria esta em condições de ser apreciada pela Casa.

No âmbito desta Comissão, que analisa o assunto sob o aspecto financeiro, nada encontramos que possa obstar a sua aprovação.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, pela aprovação.

Sala das Comissões, 20 de maio de 1975.

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO - Presidente

GABRIEL MANOEL - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### P A R E C E R

#### PROPOSIÇÃO Nº 155/74

I - O Poder Executivo, através desta Mensagem, encaminha à Assembléia para "referendum", termo de convênio celebrado entre o Ministério da Saúde, o Governo do Estado e a Associação Paranaense de Reabilitação, com o objetivo de captar recursos destinados à Assistência de deficientes físicos.

II - Examinando a Proposição, não vemos o que contestar, uma vez que a celebração de convênios é da competência exclusiva do Poder Executivo, segundo dispõe a Constituição Estadual em seu artigo 47, inciso IX, com o referendum desta Assembléia.

III - Assim sendo, somos de parecer favorável à aprovação da mesma, nos termos do Projeto de Resolução apresentado anexo.

Sala das Reuniões, em 01 de abril de 1975.

aa) ACCIOLY NETTO - Presidente

NILSO SGUAREZI - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei N. 67/71, de autoria do Dep. João Mansur, que acresce ao parágrafo 1º do art. 47, da Lei N. 5.871 de 9 de novembro de 1968, o inciso seguinte: IV - por necessidade da Educação. Parecer favorável da C.C.J. e CONRÁRIO da C.I.P. - EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

#### PROJETO DE LEI Nº 67/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

ART. 1º - O parágrafo 1º do art. 47, da Lei 5.871 de 09 de novembro de 1968, fica acrescido do inciso o seguinte:

IV - por necessidade da Educação;

ART. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1971.

a) JOÃO MANSUR.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PROJETO DE LEI Nº 67/71

folhas - 2

Autor: Deputado JOÃO MANSUR.

#### P A R E C E R

1 - O projeto em tela, de autoria do nobre Deputado JOÃO MANSUR, objetiva acrescentar ao § 1º do art. 47, da Lei N. 5.871, de 9 de novembro de 1968 (Estatuto do Magistério), mais um inciso, que será o IV, para estabelecer que a remoção do professor efetivo, de uma repartição ou estabelecimento de ensino para outro, processa-se também "por necessidade da Educação".

2 - Pelo enunciado, trata-se de matéria de alto interesse da Educação, e não havendo qualquer impedimento de ordem legal que se lhe anteponha, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 26 de Abril de 1975

aa) ARMANDO QUEIROZ - Presidente

OVIDIO FRANZONI - Relator.

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

#### P A R E C E R

#### PROJETO DE LEI Nº 67/71

O nobre deputado JOÃO MANSUR propõe a alteração do parágrafo primeiro, do art. 47, da Lei N. 5.871, de 9 de novembro de 1968 - Estatuto do Magistério para incluir um inciso contendo as expressões "por necessidade da Educação".



A matéria, objeto do dispositivo enfocado, é a que refere a remoção do professor efetivo de uma repartição ou estabelecimento de ensino para outro, e a proposta visa incluir mais uma causa justificativa de remoção.

Adoto o ponto de vista da classe dos professores, manifestada reiteradamente contra o projeto, por representar essa alteração um grave risco aos mestres, que nessas condições ficarão sujeitos ao arbítrio de qualquer autoridade influente, para removê-los do lugar em que estejam radicados e do qual não tenham interesse em deixar.

A lei já estabelece os casos de remoção que resguardam o interesse da educação de uma forma bastante concreta, o que não ocorreria com a nova hipótese proposta, à primeira vista extremamente vaga.

Por tais motivos, opino pela rejeição do Projeto.

Sala das Comissões, em        de        de 1974

ANTONIO LOPES JÚNIOR – Presidente

ÁLVARO DIAS – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei N. 193/74, de autoria do Dep. Antonio Maciel Filho, que denomina de Estrada dos Pioneiros do Paraná, a rodovia que liga Mauá-Ivaiporã. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.O.P.I.C. – Encerrada a discussão.

#### PROJETO DE LEI Nº 193/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

ART. 1º – Fica denominada de “Estrada dos Pioneiros do Paraná”, a rodovia que liga Mauá a Ivaiporã.

ART. 2º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1974.

a) ANTONIO MACIEL

#### JUSTIFICATIVA:

A Estrada Mauá-Ivaiporã liga o centro do Paraná à Rodovia do café, atravessando os municípios de Marilândia do Sul – Faxinal – Jardim Alegre e Ivaiporã, ficando nas adjacências os municípios de Grandes Rios, Borrazópolis e São João do Ivaí, grandes produtores agro-pecuários.

Trata-se de uma homenagem aos pioneiros do Paraná pela epopéia do desbravamento do nosso Estado.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N. 193/74

##### P A R E C E R

O nobre Deputado Antonio Maciel Filho, com o presente plano de lei objetiva denominar ESTRADA DOS PIONEIROS DO PARANÁ, a rodovia que liga MAUÁ-IVAIPORÃ.

A justificativa que acompanha o projeto nos convence da sua conveniência e oportunidade. Realmente o denominar-se a estrada Mauá-Ivaiporã de ESTRADA DOS PIONEIROS DO PARANÁ, é uma homenagem justa a todos aqueles que contribuíram com os seus esforços e pioneirismo para o engrandecimento do nosso Estado.

O projeto não fere qualquer disposição constitucional ou legal. Pela aprovação, é o nosso parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 02 de abril de 1975.

aa) ACCIOLY NETTO – Presidente

FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Relator

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

##### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 193/74

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Antonio Maciel Filho, visa denominar de “Estrada dos Pioneiros do Paraná”, que liga Mauá a Ivaiporã.

Conform se verifica pela sua justificativa, trata-se de justa homenagem aos pioneiros do Paraná, pela epopéia do desbravamento do nosso Estado.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, já se pronunciou sobre a matéria favoravelmente.

No âmbito desta Comissão, nada há a opor quando a sua aprovação.

Nestas condições, nosso parecer é favoravelmente, pela aprovação deste Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1975.

a) ALFREDO GULIN – Presidente

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 11/75, de autoria do Deputado Otássio Pereira, que autoriza o Poder Executivo transferir ao DER para efeito de conservação e melhoria, a estrada de rodagem partindo que do Distrito de Rosário, município de Grandes Rios, liga Poço Comprido, Palmital e Rio do Peixe à BR-376, no município de Ortigueira. Parecer CONTRÁRIO da C.C.J. e FAVORÁVEL da C.O.P.T.C. – Encerrada a discussão.

#### PROJETO DE LEI Nº 11/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a assumir pelo Departamento de Estradas de Rodagem, a responsabilidade de conservação e melhoria, da estrada do distrito de ROSÁRIO, município de Grandes Rios, que liga Poço Comprido, Palmital e Rio do Peixe, à BR-376, no município de Ortigueira.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de março de 1975.

a) OTÁSSIO PEREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Rosário, um dos mais importantes Distritos que compõem o Município de Grandes Rios, de há muito se representa da conservação dessa importante rodovia. Por tratar-se de Distrito dos mais populosos, e dos que mais produz no setor agrícola daquela região, de há longo tempo para cá se faz por merecer tal benefício.

Contamos com o apoio dos ilustres pares na aprovação do presente Plano de Lei.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 11/75

Autor: Deputado OTÁSSIO PEREIRA

##### P A R E C E R

De autoria do nobre Deputado Otássio Pereira o projeto em estudo objetiva transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria a estrada que partindo do Distrito de Rosário do Município de Grandes Rios, Poço Comprido, Palmital e Rio do Peixe à BR-376, no Município de Ortigueira.

O que presente o autor da iniciativa sem ferir frontalmente o que determina a Constituição Estadual, em seu artigo 34, que diz: “É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos; fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção, auxi-

lios, ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública”.

Pelo exposto, manifestamo-nos ~~em~~ rejeição do Projeto em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 1975.

aa) ACCIOLY NETTO – Presidente  
IVAN RÜPPEL – Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 11/75

Tem por objetivo o presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Otássio Pereira, autorizar o Poder Executivo a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada de rodagem que, partindo do Distrito de Rosário, Município de Grandes Rios, liga Poço Comprido, Palmital e Rio do Peixe à BR-376.

Não obstante a douta Comissão de Constituição e Justiça ter se pronunciado contrariamente a este plano de lei, reputamos a medida justa e oportuna, de vez que vem beneficiar uma região agrícola que muito produz e contribui para a riqueza do Estado.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1975.

aa) ALFREDO GULIN – Presidente  
LINEU TURRA – Relator

O SR. PRESIDENTE – Sobre a mesa, requerimento de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados que irão compor as Comissões de Recursos Humanos e Ecologia e Meio Ambiente, pela Arena.

Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados que irão compor as Comissões de Recursos Humanos e Ecologia e Meio Ambiente, pela bancada do MDB.

Ao Departamento Legislativo – Divisão das Comissões para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando seja feita a substituição do Sr. Deputado Ezequias Losso, na Comissão Especial de Implantação do Polo Petroquímico, pelo Sr. Deputado Aragão de Mattos Leão.

Ao Departamento Legislativo - A Divisão das Comissões para anotar

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Lunardelli. – APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Lunardelli, ocorrido em São Paulo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Guilherme de Souza Valente. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Paulo Vitela. – APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes, constante do Expediente, devidamente apoiado por diversos Drs. Deputados, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro dos Transportes, no sentido de informar o andamento dos estudos que visam a descentralização administrativa, tão bem

justificado no memorial que a Associação dos Engenheiros da RFFSA dirigiu ao Presidente da RFFSA. – Em discussão – Encerrada a discussão.

A Mesa faz apelo aos Srs. Deputados, que elaborem as súmulas para o envio dos requerimentos.

Requerimento de autoria do Sr. Lúcio Machado, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que não se acione os mutuários de casas populares construídas neste Estado pelo programa do BNH e refinanciadas pelo Banestado. – Em discussão. – Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do Expediente, solicitando a convocação do Sr. Secretário de Segurança Pública para, perante esta Casa, explicar aos Deputados e ao Paraná as providências que estão sendo tomadas no sentido de refrear a violência policial no interior e, ao mesmo tempo, de evitar que os marginais tomem conta do Estado. Em discussão. – Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que seja instalado o curso científico no Ginásio de Ivaiporá. Em discussão. – Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 41/75. – Em discussão. – Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Facci, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo providências no sentido de mandar proceder reforma ou construir em alvenaria, o prédio do Grupo Escolar Romário Martins, situado no distrito de Aquidaban, município de Marialva. – Em discussão. – Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Cioni Netto, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná, no sentido de ser instalada uma agência do referido estabelecimento, no distrito de Ivaté, Umuarama. – Em discussão. – Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scarmella, constante do Expediente, solicitando seja publicado, mensalmente, inclusive lido do expediente, até o dia 5 (cinco) de cada mês a relação dos Srs. Deputados e sua respectiva frequência durante o mês anterior, no Diário da Assembléia. – Em discussão. – Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valdenício Barbalho, lido da tribuna, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo publicado em “O Estado do São Paulo”, no dia 10 próximo passado, de autoria do jornalista Pedro Dantas, sob o título “Sanções Políticas e Sanções Penais”. – Em discussão. – Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do Expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Francisco Leite Chaves, Antonio Anibelli, Álvaro Dias, Antonio Belinatti e Walber Guimarães e demais Deputados federais, sugerindo-lhes com o fornecimento de elementos, a elaboração e apresentação de Projeto de Lei, para a criação de órgão centralizador e coordenador de toda a sistemática de produção, comercialização, industrialização, exportação e importação do trigo. Em discussão. – Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do Expediente da sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Maringá, no sentido de informar sobre possíveis irregularidades e situação econômica-financeira na referida Universidade. – Em discussão. – Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Facci, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de

que informe se houve diminuição do índice de acidentes com veículos motorizados, depois da entrada em vigor da lei que exige exame psicotécnico para motoristas amadores e profissionais. — Em discussão..

OSR. VALTER PIETRÂNGELO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — A discussão já havia sido adiada para a sessão de hoje, e assim sendo, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendo simplesmente hipotecar ao requerimento apresentado pelo nobre Deputado Antonio Facci, toda a nossa solidariedade e nossos aplausos.

É evidente que o Deputado apesar de haver solicitado apenas informações à Secretaria de Segurança, notamos que o que se pretende é encaminhar à Casa mais alta da Nação uma solicitação, um apelo para que seja reformulada a nossa legislação de trânsito, com referência a este malfadado exame psicotécnico, que na opinião deste modesto parlamentar tem servido para mais uma fonte de corrupção e negociata para uma parte de interessados.

O psicotécnico se constitui em mais uma fonte de receita para os órgãos do Governo, ocasionando a descapitalização do cidadão, do povo brasileiro, pelo enriquecimento e fortalecimento do Estado.

Somos totalmente contra o exame psicotécnico como condição vital para a expedição de carteiras de habilitação.

Cremos que a legislação de trânsito de nossa Pátria necessita de uma reformulação, de um estudo acurado e apurado para que se possa adaptá-la à realidade do desenvolvimento nacional. Há necessidade, inclusive, que se permita habilitação a cidadãos que ainda não tendo atingido os 18 anos, mas na faixa dos 15, 16 e 17 anos, são responsáveis por famílias numerosas, de órfãos ou mesmo aqueles que são o braço direito do chefe da família que, por perceberem uma baixa renda, necessitam de seus serviços para dar sustento à família.

Achamos obrigatoriedade do exame psicotécnico mais um dos absurdos que a atitude governamental toma para deixar nosso trabalhador ainda mais pobre.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o requerimento. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, cópias ou fotocópias de documentos que traduzem as atitudes ilegais do delegado de Polícia de Goioerê. Em discussão. — Encerrada a discussão.

Concedo a palavra para explicações pessoais, ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para explicação pessoal) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O registro que gostaria de fazer na sessão de hoje, não poderia perder a oportunidade, razão pela qual, sei que vou impedir que os nobres Deputados se ausentem deste plenário, como pretendiam, diante do adiantado da hora.

(Lendo): "Sr. Presidente, Srs. Deputados. Tive a honra de participar de reunião que o Governador Jayme Canet Junior convocou para expor, diante de Secretários, o seu Plano de Governo.

Muitas vezes já se levantaram, desta Casa, reclamações para o Sr. Governador dizer ao Paraná quais são as suas metas, quais seus objetivos.

Todos tiveram oportunidade de tomar conhecimento, pela imprensa, de esboço do documento que chegará às mãos de todos os paranaenses.

O Governador apresentou aos seus auxiliares imediatos o trabalho que consubstancia sua administração, para os quatro anos e que leva o nome de OBJETIVOS E METAS DE DESENVOLVIMENTO.

Não pretendo analisar o documento, neste pronunciamento. É intenção minha tão somente traçar, em ligeiras pinceladas, os principais pontos do documento que pretende acelerar o progresso de desenvolvimento. O debate, segundo a vontade do Governador, deve abranger todas as esferas da produção.

Para este amplo debate estão convocados todos os homens que, trabalhando nos diversos setores, contribuem para o crescimento do Paraná e esperam que o Estado retribua o seu trabalho e sua dedicação com a abertura de novas e mais amplas perspectivas de progresso e bem-estar social. E fazemos um apelo especial aqueles que, desencantados ou desesperançados, voltaram-se para o caminho do individualismo, deixando de crer no planejamento coletivo do bem comum.

O que trazemos à Casa não é documento formal, como tantos que já foram examinados, debatidos e relegados ao mero esquecimento.

O Plano de Objetivos e Metas, pelo que nos foi dado a perceber, Sr. Presidente, Srs. Deputados, transcende às formulações teóricas, foge ao linguajar padronizado, apresenta-se livre dos preconceitos e do fraseado vazio, que geralmente acoberta, com grande dispêndio de fórmulas verbais, a pobreza dos conceitos e a dispersão das iniciativas.

Creio, sinceramente, que estamos diante do documento de um tempo novo.

A linguagem límpida, realista, de quem executa com critério o trabalho de prospecção dos problemas e cuidadosamente procede sua avaliação e análise, para então elaborar um programa de trabalho.

De um lado o passado; do outro, o amanhã.

A partir dessa definição de alternativas, o Plano de Objetivos e Metas de Desenvolvimento coloca o Paraná ante a realidade nacional e mundial. Afirma, inicialmente, que o momento é de oportunidades para quem tomar consciência e souber aproveitar a conjuntura econômica mundial. Na verdade, o aumento súbito e acelerado dos custos do petróleo como fonte de energia, aliado a escassez mundial de alimentos e matérias primas agrícolas influem marcadamente na economia brasileira, cuja estratégia recente se calcou na criação de uma capacidade de exportação de produtos primários e manufaturados e na atração de capitais estrangeiros para sustentar uma alta taxa de expansão econômica.

Com isso, aumentou a importância e a participação do Paraná nos planos do crescimento nacional. Nosso Estado é o responsável por 16 por cento da produção agrícola brasileira, e 17 por cento da capacidade nacional de importação. É o cenário onde está se erguendo um conjunto de usinas hidrelétricas que dobrará a capacidade geradora do País em dez anos, reduzindo a dependência nacional em relação ao petróleo. É o campo de uma proveitosa experiência na industrialização do xisto pirobetuminoso, hoje um sucedâneo compatível para petróleo, face a elevação dos preços.

Agora, entretanto, a perspectiva é de otimismo. Neste momento, "o dinamismo e o potencial do Paraná são capazes de representar o País, fatores essenciais de geração de divisas, de suprimento nacional de alimento e matérias primas, de exploração de fontes alternativas de energia, de localização, privilegiada para a desconcentração do polo industrial e de exploração de alguns dos maiores centros turísticos do País".

Como o Paraná esta se preparando para o desempenho desta missão, perguntará V. Exa. Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, com humildade. A atual administração não está inclinada a cair no engodo de sonhar e depois registrar o resultado de seus sonhos no ativo econômico.

Reconhece que são muitos os problemas a vencer, entre eles o aumento da renda per-capita, que ainda é inferior à nacio-

nal e absorção da grande massa de mão de obra, que tende a aumentar explosivamente num Estado onde mais da metade da população ainda não completou dezoito anos.

Mas também com objetividade é feita esta avaliação. O Paraná, constata o Plano de Objetivos e Metas de Desenvolvimento, é responsável pela exportação, através do Porto de Paranaguá, de 24,6 por cento do café brasileiro; de 2 por cento da soja em grão; de 39 por cento de milho; e de 98,9 por cento do mentol. O potencial energético do Rio Iguaçu soma mais de 8 milhões de quilowatts. As reservas de xisto garantem a produção de 657 milhões de barris — o consumo nacional de três anos.

O quadro com que se defronta a administração Jayme Canet Junior é contraditória. Ao lado dos números já citados, há que se mencionar a existência de metade da população paranaense que não é servida por rede de água; e de 75 por cento que não tem esgotos.

O atendimento escolar ainda é deficiente nas áreas rurais e a existência de áreas verdes nas cidades é normalmente inferior ao padrão internacional. Os níveis de segurança pública são relativamente baixos, com um policial para cada grupo de 8.414 habitantes.

Do resultado dessa análise, surgiram os objetivos globais da administração Jayme Canet, que são:

- intensificar a contribuição estadual ao desenvolvimento do País;
- melhorar os padrões de vida da população, com a ampliação da riqueza interna e criação de novas oportunidades sociais;
- aumento da representabilidade econômica, política e institucional do Estado;
- a busca de compatibilidade entre a expansão econômica e a preservação dos recursos naturais do Estado.

Daí porque o Governo pretende aperfeiçoar seus instrumentos de apoio aos setores produtivos, dar maior rentabilidade a seus gastos, modernizar sua estrutura administrativa, redistribuir encargos com os municípios, a comunidade e o Governo Federal, concentrar recursos em programas que efetivamente possam gerar respostas e usar racionalmente sua capacidade de endividamento.

Daí porque será necessário ampliar o diálogo com o Governo Federal para permitir os aproveitamentos a curto prazo das oportunidades econômicas do Paraná e a intensificação de uma ação conjunta que vise a ampliação da infraestrutura econômica e social.

A grande inovação do Plano de Objetivos e Metas, em nosso entender, reside no estabelecimento de um modelo de gestão para a consecução dos objetivos. Partiu o Governador da constatação de que o momento requer maior eficácia da ação do Governo e exige da Administração um esforço para se adaptar às profundas transformações econômicas e sociais em curso. É mais: que a velocidade dessas transformações impõe a existência de uma Administração capaz de rápido engajamento às novas situações. Em outras palavras, o Administrador deve enfrentar os problemas com mentalidade marcadamente empresarial.

Nos próximos anos, o Paraná viverá sob a égide de um Governo de austeridade, respeito recíproco, preocupação com custos, responsabilidade pessoal com resultados, credibilidade, fixação de objetivos reais e ao seu alcance a colaboração responsável com o Governo Federal, em clima de alta responsabilidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este é um rápido esboço do Plano de Objetivos e Metas do Governo Jayme Canet Junior.

Não nos cabe apreciá-lo como técnicos, mas como políticos. Nem seria necessário. Qualquer de nós, sem necessidade de consultar a "Conjuntura Econômica", sabe que a agricultura vai bem, embora os preços, muitas vezes, andem mal, nem percorrer um longo tratado de economia para verificar que a centralização da economia deixou aos Estados uma faixa própria e estreita de atuação".

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência comunica que o tempo está esgotado. V. Exa. poderá fazer uso de 15 minutos.

O SR. IVO THOMAZONI — Muito obrigado, espero não usá-lo todo.

Continuando, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Conhecemos os problemas e pressentimos suas soluções. O importante é constatar que é esse conhecimento de homem comum, do homem do povo, que foi assimilado pela Administração Pública na elaboração de seu projeto de Governo. E que as mesmas soluções realistas e simples foram adotadas pelo Governo em seu planejamento global.

Se uma única expressão fosse permitida para julgar esse trabalho, diríamos: bom senso.

E mais não é necessário, uma vez que sentimos na administração estadual a disposição de dialogar com todas as correntes políticas, de sentir os problemas em todas as áreas de produção, de encaminhar soluções coerentes com a realidade do nosso dia a dia.

É isso que o povo quer. Ele quer certificado de que seus quadros dirigentes têm coragem de enfrentar os problemas com objetividade e honradez. Ele quer a certeza de que o Governo entende a missão de administrar e que a encara como uma alta forma de servir a todos. Ele quer um Governo que simplesmente mereça crédito e ninguém como Jayme Canet deu-nos tantos motivos para confiar em sua integridade, disposição de trabalho, em seu esforço e em seu valor. Não há de ser neste momento que lhe negaremos uma palavra de confiança — não de otimismo tolo — mas de confiança séria e sólida no futuro próximo deste grande Estado, que é o Paraná".

O SR. DENI SCHWARTZ — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado Ivo Thomazoni, lamento profundamente o momento talvez impróprio da leitura deste trabalho, porque me enquadro entre aqueles que acreditam que a missão do legislador nos tempos modernos se enquadre perfeitamente na discussão de trabalhos como este.

Estou com o antigo líder de V. Exa., o Sr. Adauto Lúcio Cardoso quando dizia que, ao técnico cabe arranjar os meios para alcançar os fins que o político estabelece. Porisso, nós, que tanto falamos nesta Casa para que se discuta dentro desta Casa as metas, os fins do Governo do Estado, e que lemos hoje pela imprensa até com certa surpresa, agradável, diga-se de passagem, que há uma certa honestidade ao enfrentar o problema paranaense que é bastante sério, que o Sr. Governador do Estado teve esta coragem, gostaria de perguntar então neste momento a V. Exa.: se este trabalho virá à Casa como fato consumado, ou como um plano a ser discutido nos moldes do Plano Nacional de Desenvolvimento, que foi para o Congresso para ser discutido e aprovado porque desde o início desta legislatura tinha percorrido meios legais para, através de uma reforma talvez, constitucional, exigir que o Governo do Estado ao ser empossado, já traga para a Assembleia Legislativa um Plano que não pode ser confundido com mero orçamento, mas um Plano que seria discutido em quatro anos seguidos o que se faria neste Estado e que, anualmente, deveria ser rediscutido e orientado; enfim, meio para nós poderemos exigir do Executivo. Pergunta-se se é interesse do Sr. Governador mandar à Casa seu Plano para ser discutido ou apenas para que esta Casa tome conhecimento.

O SR. IVO THOMAZONI — A pergunta de V. Exa. tem um propósito; inicialmente devo salientar a disposição do Governador emitiu ontem quando da reunião com seus Secretários, de que o documento "Objetivos e Metas do Desenvolvimento" para o Estado, que pela sua importância intrínseca, eu devo também confessar, não de se votar numa única etapa e nem numa só escalação, porque, se pretende o Governador, antes de mais nada, o ânimo de somar forças na tarefa de consolidar a economia estadual ao longo dos próximos quatro anos, e senti

bem a disposição do Governador, a intenção de acelerar o processo de geração e distribuição da riqueza entre todos os paranaenses. Mas, sabe o Governador que esta meta só será alcançada no instante em que S. Exa. se dispuser ao diálogo franco com os representantes do povo. Ele disse, e disse muito bem e eu fiz menção nas minhas palavras, "homens da Arena e do MDB, homens do Governo e da Oposição, porque sabe V. Exa. que, muito embora o Governo atendesse exigência hoje da administração federal, deve submeter o seu plano trienal de Governo, dentro de um Projeto Plurianual, estes dadas as características paranaenses; deve, anualmente, ter uma reavaliação das suas prioridades que V. Exa., que comigo representa uma região onde impera o minifúndio e que está sujeito a uma descapitalização impressionante porque o fruto do trabalho da nossa gente, o resultado, o resíduo que as vezes não é tão grande, mas por pouco que seja, aplicado no Paraná, ajudará a fazer a grandeza deste Estado, está sendo aplicado no Mato Grosso e Acre, em região distinta, colocando o Paraná na situação do Rio Grande do Sul há 20 anos atrás onde a economia daquele Estado era aplicada nas terras férteis do Paraná, no Sudoeste e no Oeste.

Refiro-me ao seu espírito de empresário, de homem do povo, de alguém que até ontem esteve do outro lado do balcão governamental, que exigia do Governo medidas capazes de evitar que o Paraná cometesse os erros que outros Estados da Federação cometeram, fez que ele tivesse coragem de elaborar um documento, de discutí-lo primeiro a nível de assessoria e com os mais diretos auxiliares da sua administração. Mas, para nesta segunda etapa, que será a curto prazo, submetê-lo à apreciação

deste Poder, e se possível, eu me comprometo como palavra de um homem que pretende estar falando aqui pela voz do Governador, já que sou seu líder, fazer com que ele, Governador do Estado, a pessoa física e jurídica do Governador, participe de reuniões informais com a Assembléia Legislativa do Estado, com a classe política que é a mais sensível para discutir que é prioridade para o Estado. Até para salvaguardar os interesses do Estado, que nem sempre são os interesses maiores da administração. Porque muitas vezes, obras que poderão manter o sentido político imediatista, de enaltecer uma administração são as mais importantes para assegurar ao Estado a sua grandeza em termos de Estado pujante, econômico, socialmente falando.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, desculpem neste final de tarde, sei que todos já devem estar cansados, predispostos a lidar com outros afazeres, mas eu tinha que dizer da importância que estamos dando a este documento para abrir uma nova fase de administração do Estado do Paraná, significar o desejo do Governador Jayme Canet, em discutir o assunto, modificar, se entender válido. E nós acreditamos, será válida a palavra dos Srs. representantes do povo aqui nesta casa, com tanta dignidade presentes para defender interesses maiores do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 13, sexta-feira, às 10:00 horas, com a seguinte Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.